

Receita recorde

Divulgação



Air France-KLM supera expectativas de lucro

A Air France-KLM divulgou na sexta-feira (17) que teve lucro líquido de 496 milhões de euros no quarto trimestre de 2022, revertendo prejuízo de 126 milhões de euros apurado no mesmo período de 2021. Além disso, a companhia aérea franco-holandesa teve receita recorde no trimestre, de 7,13 bilhões de euros, 47% maior do que a de um ano antes. **PÁGINA 4**

Expansão

Auren Energia registrou lucro de R\$ 2,7 bilhões

A Auren Energia, uma das maiores plataformas de geração e comercialização de energia renovável do Brasil, anunciou seus resultados financeiros relativos ao quarto trimestre de 2022. Em um ano que marcou o início de suas operações, a companhia atingiu lucro líquido de R\$ 2,45 bilhões no último trimestre de 2022 versus R\$ 42 milhões em igual período de 2021. **PÁGINA 3**

Meio ambiente

Mitsubishi une esforços rumo ao carbono zero

A Mitsubishi Electric Corporation e a Mitsubishi Heavy Industries, Ltd. chegaram a um acordo básico para estabelecer uma joint venture para integrar suas áreas de negócio focadas em sistemas geradores de energia. **PÁGINA 4**

Menor nível

Pandemia reduz liberdade econômica dos Estados

O ambiente de negócios nos Estados foi duramente castigado pela pandemia e atingiu seu pior desempenho no intervalo de 17 anos, entre 2003 e 2020. É o que mostra um paper produzido pelo Instituto Millenium em parceria com pesquisadores do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual. **PÁGINA 8**

Ibama volta a atuar, após paralisação durante a gestão Bolsonaro

Desmatamento será reduzido pela metade

Governo monta força-tarefa para tentar impedir a prescrição de 130 mil autuações, que somam R\$ 18 bilhões e supera o orçamento do MMA



A régua para medir o desempenho do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área ambiental, em 2023, já está dada: a queda no atual índice de desmatamento. O novo presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, ainda aguarda a sua nomeação no Diário Oficial da União, mas trabalha nas repartições do órgão para fazer valer a meta que impôs a si mesmo: de cortar, pela metade, o volume do desmatamento ilegal registrado no ano passado, na Amazônia e demais áreas do País. Ele disse que

o Ibama voltou a atuar, após anos de paralisação durante a gestão Jair Bolsonaro, mas é preciso recuperar a estrutura do órgão, que foi esvaziada. O Ibama já chegou a ter 2 mil fiscais em campo. Atualmente, conta com menos de 350 agentes pra fiscalizar o Brasil inteiro. Um novo concurso já foi pedido. "A gente tem meio Ibama hoje. Se você considerar todos os funcionários em atividade, são 2.900 servidores. Temos apenas 53% de seu quadro total previsto. O governo Bolsonaro paralisou o Ibama, perseguiu os servidores, desmontou o órgão." **PÁGINA 6**

COMÉRCIO BILATERAL

Governo aposta no G20 para reinserção do Brasil no exterior

A reunião financeira do grupo do G20, que ocorrerá em Bangalore, será uma oportunidade para o Ministério da Fazenda e o governo como o todo retomarem o fio da crise de 2008, na percepção da equipe econômica. O presidente Lula, que prometeu a reinserção do Brasil nas discussões internacionais desde a campanha, é que tem feito o paralelo entre o momento atual do planeta e o que ocorreu no final dos anos 2000. **PÁGINA 2**



DEFASAGEM

Governo oferece reajuste de 7,8% para servidores

PÁGINA 2

CRÉDITOS

Moraes pede vista em julgamento sobre ICMS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista no julgamento sobre transferência de créditos do ICMS. O caso tem impacto bilionário para o varejo - um estudo da Tendências Consultoria Integrada apresentado ao Supremo estima perda de R\$ 5,6 bilhões de créditos tributários por ano para as dez maiores empresas do varejo do País. **PÁGINA 7**

PAZUELLO

CGU revoga sigilo de 100 anos

PÁGINA 7

IBOVESPA 109.176,92 ↓ -0,07%

Maiores Altas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
ULTRAPAR ON NM	13,21	+5,51%	+0,69
TELEF BRASILON	41,57	+2,69%	+1,09
EMBRAER ON NM	16,59	+1,97%	+0,32
WEG ON NM	39,62	+2,17%	+0,84
ALPARGATAS PN N1	10,23	+2,61%	+0,26

Maiores Baixas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
P.ACUCAR-CBDON NM	17,40	-6,55%	-1,22
PETRORIO ON NM	38,21	-5,33%	-2,15
HYPERA ON NM	44,06	-3,29%	-1,50
MAGAZ LUIZA ON NM	3,66	3,66	-0,23
3R PETROLEUMON NM	39,850	-3,46%	-1,430

Mais Negociadas

	PREÇO - R\$	%	OSCIL.
VALE ON NM	88,03	-1,09%	-0,97
PETROBRAS PN N2	26,44	-0,60%	-0,16
BRASIL ON NM	42,82	+2,81%	+1,17
LOJAS RENNERON NM	19,62	+3,21%	+0,61
PETRORIO ON NM	38,21	-5,33%	-2,15

BOLSAS NO MUNDO

	FECHAMENTO	%
DOW JONES	33.826,69	+0,39%
S&P 500	4.079,09	-0,28%
NASDAQ	11.787,27	-0,58%
DAX 30	15.482,00	-0,33%
FTSE 100	8.004,36	-0,10%
IBEX 35	9.326,50	-0,0086%

DÓLAR COMERCIAL

COMPRA	VENDA	%
5,161	5,162	↓ -0,96%

PESO

COMPRA	VENDA	%
0,026	0,027	↓ -1,14%

EURO

COMPRA	VENDA	%
5,520	5,521	↓ -0,90%

LIBRA

COMPRA	VENDA	%
6,215	6,218	↓ -0,19%

OURO

BM&FBOVESPA/GRAMA	COMEX NY/ONÇA
300,60	USD\$ 1.841,64

CAMPANHA

Ministro vai aproveitar o G20 para reinserir Brasil no mercado mundial

A estreia brasileira no encontro é tida como fundamental para as relações futuras do País, uma vez que o mundo está aguardando a volta do Brasil nas discussões internacionais

A reunião financeira do grupo das 20 economias mais ricas do mundo (G20), que ocorrerá em Bangalore (Índia) na semana que vem, será uma oportunidade para o Ministério da Fazenda e o governo como o todo retomarem o fio da crise de 2008, na percepção da equipe econômica. Conforme a Fazenda, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que prometeu a reinserção do Brasil nas discussões internacionais desde a campanha, é que tem feito o paralelo entre o momento atual do planeta e o que ocorreu no final dos Anos 2000.

A avaliação é a de que o G20 foi um organismo especialmente importante durante o processo da crise financeira internacional e, na ocasião, o Brasil foi um dos países mais atuantes no debate global. Agora, a crise é de outra natureza, com enfoque mais nas questões ambientais e ainda de coordenação dos impactos da pandemia de coronavírus.

O governo brasileiro quer deixar claro que o País voltará não apenas a ser mais atuante em fóruns internacionais como buscará um papel de oferecer soluções.

A estreia brasileira no encontro da semana que vem é tida como fundamental para as relações futuras do País. Primeiro, porque o mundo está aguardando a volta do Brasil nas discussões internacionais e, depois, porque a presidência rotativa do grupo passará para o governo brasileiro em 1º de dezembro, com o País sendo o anfitrião do evento ao



Haddad: "a ida à reunião do G20 na Índia na semana que vem prepara o terreno para que o Brasil assuma a presidência do grupo"

longo de 2024.

Haddad e Campos Neto participarão do G20 financeiro em Bangalore dos dias 22 a 25 de fevereiro, logo após o feriado de carnaval.

O ministro da Fazenda afirmou que o encontro com o presidente do Banco Central foi bom e gerou uma boa aproximação com a ministra do Planejamento, Simone Tebet. Os três almoçaram por mais de

duas horas na quinta, antes da primeira reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN) do novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Questionado se houve debate sobre meta de inflação, assunto que dominou o noticiário político e econômico nos últimos dias com os fortes ataques do PT ao nível de juros e do alvo inflacionário, o ministro respondeu apenas que a conversa foi

sobre o alinhamento entre as políticas fiscal e monetária.

Apesar das negativas de Haddad sobre uma discussão da meta no CMN da quinta-feira, havia grande expectativa no mercado pela reunião devido ao risco de elevação da meta. "Conversamos sobre alinhar políticas fiscal e monetária."

A declaração de Haddad foi dada em rápida conversa com jornalistas em frente ao Minis-

tério da Fazenda logo após reunião de ministros com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para tratar da agenda social do governo, no Palácio do Alvorada.

Haddad afirmou que a ida à reunião dos ministros de Finanças do G20 na Índia na semana que vem "prepara o terreno" para que o Brasil assuma a presidência do grupo. A presidência rotativa do grupo passa para o

Brasil em 1º de dezembro e o ministro viaja na próxima terça-feira, 21, para Bangalore para participar da reunião.

"Na minha primeira reunião com o G20, vou apresentar os planos do governo Lula para integração mundial. A economia ficou muito isolada, acho que o mundo está celebrando o fato de que o Brasil voltou à mesa de negociação em busca de democracia, paz, combate à fome, prosperidade e justiça social", destacou Haddad.

Segundo o ministro, o Brasil estava isolado dos Estados Unidos, Europa, Ásia e até da América do Sul. Haddad ainda argumentou que o Lula é uma autoridade mundial e muito respeitada por seus dois primeiros mandatos. "Por isso que sua liderança é muito importante para integrar assuntos de interesse nacional e internacional com a presidência do G20. Muito saudável que nós participemos dessa reunião preparatória, para no segundo semestre o presidente Lula assumir a presidência do G20."

O ministro afirmou ainda que o Orçamento para o programa Bolsa Família está garantido, assim como "todos os compromissos de campanha" estão mantidos.

Na reunião com Lula, também estavam presentes os ministros da Casa Civil, Rui Costa, e de Desenvolvimento Social, Wellington Dias.

Na semana passada, Dias disse que a expectativa da pasta é de que cerca de 2,5 milhões dos beneficiários do Auxílio Brasil, que volta a se chamar Bolsa Família, têm grandes indícios de irregularidade. Hoje, 21,5 milhões de famílias recebem o benefício.

NEGOCIAÇÃO

Governo oferece reajuste de 7,8% para os servidores e aumento no auxílio-alimentação

O governo propôs aos servidores federais um reajuste salarial de 7,8%, ainda abaixo da inflação acumulada, além de uma recomposição de R\$ 200 do auxílio-alimentação, a partir de 1º de março. A oferta foi feita na primeira reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente com as categorias da União, liderada pelo Ministério da Gestão.

A proposta leva em consideração o montante de R\$ 11,2 bilhões reservado no Orçamento deste ano para a recomposição de rendimentos dos servidores. A pasta também prometeu que irá fazer a gestão junto ao Congresso para retirar da pauta a reforma administrativa proposta pelo governo Bolsonaro.

As carreiras do funcionalismo

federal estão sem reajuste pelo menos desde 2019, mas algumas categorias estão com o salário defasado há mais tempo, desde 2017. No ano passado, o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro acenou com um reajuste linear de 5%, mas a proposta não saiu do papel.

A proposta do governo foi enviada aos sindicatos das categorias do funcionalismo, que vão avaliá-la e discuti-la com o Ministério da Gestão em uma próxima reunião da mesa de negociação, prevista ainda para fevereiro.

O secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do ministério, Sérgio Mendonça, defendeu o aumento via vale-alimentação, que sofre resistência em setores do funciona-

lismo, porque o benefício não é tributado - logo, representa um ganho remuneratório líquido. O benefício está congelado desde 2016. O reajuste do vale considerava a recomposição da inflação de fevereiro de 2016 a fevereiro de 2023, de 43,6%, com o valor do benefício subindo de R\$ 458 para R\$ 658.

"Um aumento de R\$ 200 no auxílio-alimentação corresponde a 2% do salário de um servidor que ganha R\$ 10 mil, mas corresponde a 5% para os que ganham R\$ 4 mil ou a 10% de um que recebe R\$ 2 mil", declarou em nota.

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) é contra o aumento do vale-alimentação

com os recursos já previstos no Orçamento. "De acordo com os cálculos, se o governo usar os R\$ 11 bilhões, poderia chegar a um reajuste de 9% a partir de maio".

O Ministério da Gestão prometeu que até maio apresenta o calendário de discussões dos pleitos e propostas para 2024.

O governo resolveu também facilitar as pessoas que recebem o Bolsa Família de forma indevida para que possam solicitar sua exclusão do Cadastro Único voluntariamente. A remoção pode ser solicitada no aplicativo do Cadastro Único de segunda a sexta, das 7h às 21h. A medida foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) em uma portaria do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Famí-

lia e Combate à Fome (MDS).

Segundo a pasta, a exclusão é destinada a "quem foi induzido a se inscrever de forma incorreta para receber o Auxílio Brasil", nome que substituiu o Bolsa Família adotado durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Podem se retirar do cadastro pessoas que declararam morar sozinhas, mas que moram com a família. A categoria é considerada pelo governo como a maior fonte de fraudes no Bolsa Família. A estimativa do ministério é que 2,5 milhões de pessoas estejam recebendo o benefício indevidamente. Durante 2023, 5 milhões de pessoas se cadastraram como "morando sozinhas".

Para excluir o cadastro, basta acessar o aplicativo ou o site do

Cadastro Único, clicar em "consulta completa", depois no botão "voltar" e, no botão vermelho, escolher "cancele o seu cadastro" para confirmar a decisão. A recomendação do MDS é utilizar a versão mais recente do aplicativo. A pasta divulgou um passo a passo para auxiliar os interessados.

Para evitar sobrecarga nos locais de atendimento, o MDS definiu com municípios e estados um cronograma para a averiguação dos cadastros unipessoais, que irá de março a dezembro de 2023. "As pessoas serão avisadas por mensagens de extrato e até mesmo por SMS", informou a pasta em nota.

Segundo o ministério, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) não estão envolvidos na ação, que também não contempla pessoas em situação de rua. "A partir da exclusão, essas pessoas poderão, sem pressa, buscar os locais de atendimento nas cidades e realizar o cadastramento correto em suas famílias", disse a pasta em nota divulgada à imprensa.

Diário Comercial

Propriedade do Jornal Diário Comercial Ltda.

Filiado à:

ANJ ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISDIRETORA DE REDAÇÃO E EDITORA
Bruna LuzDIRETOR EXECUTIVO
Marcos Luz • marcosluz@diariocomercial.com.brDIAGRAMAÇÃO: André Mazza • paginacao@diariocomercial.com.br
PUBLICIDADE: RJ - Tainá Longo • comercial@diariocomercial.com.br - SP - José Castelo • dcspp@diariocomercial.com.br

SERVIÇO NOTICIOSO: Agências: Estado, Brasil, PR Newswire, Senado e Câmara IMPRESSÃO: RRM Gráfica e Editora Ltda.

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não representam necessariamente a opinião deste jornal.

RIO DE JANEIRO
Rua Santa Luzia, 651 - 28º andar - parte - Centro
CEP: 20030-041 - Tel: (21) 2262-2906ADMINISTRAÇÃO, REDAÇÃO E DEPARTAMENTO COMERCIAL
SÃO PAULO
Av. Paulista, 1159 - 17º andar, conjunto 1716 - Bela Vista
CEP: 01311-200 - Tel: (11) 3283-3000BRASÍLIA
Ed. Serra Dourada, 6º andar - sala 612 - SCS
CEP: 70300-902 - Tel: (61) 3321-2845BELO HORIZONTE
Av. Álvares Cabral, 397 - salas 1001 e 1002 - Lourdes
CEP: 30170-001 - Tel: (31) 3222-5232REPRESENTANTE COMERCIAL
Brasília: EC Comunicação e Marketing - Quadra QS 01
Rua 210 Lt. nº 34/36, Bloco A, sala 512 Ed. Led Office - Águas Claras
CEP: 71950-770 - Tels: (61) 99186-6647 - e-mail: opec.eccm@gmail.com

redacao@diariocomercial.com.br | administracao@diariocomercial.com.br | comercial@diariocomercial.com.br | comercialsp@diariocomercial.com.br | homepage: www.diariocomercial.com.br

PRODUÇÃO

Prates quer criar grupo de trabalho para mapear a demanda de asfalto

A Refinaria Alberto Pasqualini registrou em novembro recorde mensal de vendas do derivado de 30,6 mil toneladas, 36% acima do volume realizado em 2016

O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o ministro dos Transportes, Renan Filho, estudam criar um grupo de trabalho entre técnicos da companhia, do ministério e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (Dnit) para realizar o mapeamento da demanda nacional em relação ao asfalto.

No relatório de produção e vendas de 2022 da Petrobras, divulgado na semana passada, a estatal informou que as vendas de asfalto da companhia no ano passado superaram em 22% o resultado de 2021.

Os aumentos do asfalto da Petrobras são trimestrais. O preço do produto chegou a subir 84% entre o primeiro semestre de 2019 e o primeiro semestre de 2022. No segundo semestre, por conta das eleições, reduziu de valor e hoje registra alta de 27,5% em relação a agosto de 2019, cotado a R\$ 2,754,44 a tonelada na Refinaria Duque de Caxias (Reduc/RJ)

Entre alguns marcos, a Refinaria Alberto Pasqualini (Refap) registrou em novembro recorde mensal de vendas do derivado de 30,6 mil toneladas, 36% acima do volume realizado em setembro de 2016, mês do recorde anterior.

"Temos atendido aos pedidos dos nossos clientes de asfalto e estamos preparados para contribuir com os insumos necessários às obras de infraestrutura que o País tanto precisa", afirmou Prates.

Com mais de dois mil fornecedores cadastrados até agora, o programa Mais Valor, da Petrobras, criado em dezembro de 2020, completou dois anos com mais de R\$ 16 bilhões em crédito concedido a empresas. O objetivo é estimular a cadeia produtiva de petróleo e gás no Brasil. Foram cerca de 113 mil faturas antecipadas por meio de instituições financeiras parceiras. O programa Mais Valor é uma iniciativa da companhia de suporte à cadeia de fornecedores, que se cadastram, sem custo, numa plataforma digital. As operações são do tipo



O presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, e o ministro dos Transportes, Renan Filho: "temos atendido aos pedidos dos nossos clientes de asfalto"

risco sacado, uma transação por meio da qual a Petrobras, empresa compradora, promove operações de antecipação de pagamento aos seus fornecedores pelas instituições financeiras parceiras. Com isso, a obrigação de pagamento pela Petrobras passa a ser com a instituição financeira, sendo mantidas as mesmas condições, como data de vencimento e valor do compromisso original firmado com o fornecedor.

Por meio da plataforma do Mais Valor ocorre, diariamente, um leilão reverso das taxas de desconto entre as instituições financeiras participantes, que já chegam a mais de 30. A taxa mais baixa oferecida é a aplicada, caso o fornecedor opte por celebrar a antecipação naquele dia, quando os recursos são depositados na conta da empresa. As operações são livres de IOF.

"O Mais Valor é uma forma de juntarmos bancos e instituições financeiras que apresentam um grande apetite para dar crédito às operações celebradas entre a Petrobras e seus fornecedores e casarmos com

a necessidade dessas empresas de terem liquidez imediata. As operações de risco sacado, pelas quais é percebida a capacidade da Petrobras de honrar seus compromissos, juntamente com a dinâmica de leilão reverso que ocorre na plataforma, permitem uma eficiência nessas operações que ocorrem diariamente de forma padronizada, transparente e com as taxas mais atrativas existentes no mercado", disse André Campos, responsável pelo programa na companhia.

Segundo Campos, as operações de antecipação de pagamento de faturas vêm se ampliando para os fornecedores de bens e serviços da companhia dos mais diversos portes. "Dos pequenos aos grandes, em todos os segmentos de atuação, as empresas vêm utilizando o Mais Valor como forma de contribuir para sua liquidez financeira e acesso aos recursos de forma prática, rápida e com taxas atrativas. O programa constitui uma importante ferramenta para apoiar os investimentos previstos para os pró-

ximos anos, dando mais fôlego a toda cadeia produtiva de óleo e gás", completou.

A Petrobras terá que pagar cerca de R\$ 780 milhões relativos ao recolhimento de participações governamentais do campo de Jubarte, na bacia de Campos, referentes aos períodos de agosto de 2009 a fevereiro de 2011 e dezembro de 2012 a fevereiro de 2015.

Segundo acordo firmado com a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o valor será corrigido pela taxa Selic até a data da assinatura do acordo. Os valores serão pagos 35% à vista e o restante em 48 parcelas corrigidas pela taxa Selic.

A arrecadação foi interrompida em função da não atualização, pela estatal, de informações que tem impacto no preço de referência do petróleo adotado no cálculo de royalties e Participações Especiais.

O acordo foi debatido em audiência pública e visa encerrar o processo judicial que envolve o caso.

O preço de referência do

petróleo de determinado campo, apurado pela ANP, para fins de recolhimento de participações governamentais, é calculado a partir das características físico-químicas da corrente de petróleo à qual este campo está vinculado.

Para cada uma dessas correntes é realizada a análise dos pontos de ebulição verdadeiros, conhecidos como curva PEV, definindo as frações leves, médias e pesadas existentes em cada tipo de petróleo. A partir das frações, o petróleo de uma corrente é valorado utilizando cotações de derivados do mercado internacional.

Segundo a ANP, a versão final da minuta do acordo passará ainda por aprovação da diretoria colegiada da agência.

Em seguida, será encaminhado à aprovação do Ministério de Minas e Energia (MME) e da Advocacia Geral da União (AGU). O passo seguinte será a assinatura do acordo e sua homologação judicial, para, por fim, pagamento da parcela inicial, em até 30 dias após a homologação.

EXPANSÃO

Auren Energia registrou lucro de R\$ 2,7 bilhões no ano passado

A Auren Energia, uma das maiores plataformas de geração e comercialização de energia renovável do Brasil, anunciou seus resultados financeiros relativos ao quarto trimestre de 2022. Em um ano que marcou o início de suas operações, a companhia atingiu lucro líquido de R\$ 2,45 bilhões no último trimestre de 2022 versus R\$ 42 milhões em igual período de 2021, explicado, principalmente, pelos efeitos de contabilização do acordo judicial da indenização pela UHE Três Irmãos, firmado entre a CESP (subsidiária da Auren) e a União Federal.

A receita operacional líquida da Auren atingiu R\$ 1,49 bilhão no quarto trimestre de 2022. O EBITDA Ajustado alcançou R\$ 521 milhões no período, número 51% superior ao registrado no quarto trimestre de 2021. Essa expansão é explicada pelos melhores resultados na geração de energia hidrelétrica e eólica, além do aumento na margem de comercialização de energia, no período. Importante destacar que, para fins de comparação de resultados do que seria a Auren antes de sua criação, foi considerado o desempenho dos ativos que compõem a empresa, como se a combinação tivesse acontecido em janeiro de 2021.

No consolidado de 2022, a Auren alcançou lucro líquido de R\$ 2,675 bilhões. O EBITDA Ajustado atingiu R\$ 1,79 bilhão, 61,3% acima do ano passado. Já a margem EBITDA subiu 14 pontos percentuais, e ficou em 31%.

"O acordo referente à indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos foi um marco importante e contribuiu positivamente para apresentarmos um lucro líquido bastante expressivo. O desempenho positivo da Auren, não apenas no último trimestre, mas como em todo o ano de 2022, mostra que concluímos de forma exitosa a integração dos ativos e avançamos na expansão do negócio, aliando sustentabilidade e inovação", diz Fabio Zanfelice, CEO da Auren Energia.

A disciplina financeira da companhia também é reconhecida nos resultados. O ano de 2022 foi encerrado com uma sólida posição de caixa de R\$ 3,4 bilhões e uma alavancagem de 1,4x, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA Ajustado.

"Com um forte resultado operacional, baixa alavancagem, elevada posição de caixa e uma gestão estratégica e disciplinada, iniciamos 2023 com capacidade de capturar as oportunidades de mercado", comenta Mario Bertocini, VP de Finanças e Diretor de Relações com Investidores da Auren Energia.

O quarto trimestre marcou a conclusão da construção e entrada 100% em operação comercial do complexo eólico Ventos do Piauí II e III, conforme o cronograma e orçamento estabelecidos. A Auren também deu início aos contratos para a construção dos parques Sol do Piauí, primeiro projeto híbrido em escala comercial no País, e a usina Sol de Jaíba (fotovoltaico). O investimento estimado é de R\$ 2,26 bilhões nos dois projetos que, juntos, irão agregar 548 MWac em capacidade instalada ao parque de geração da companhia até o primeiro semestre de 2024.

Vale destacar que aproximadamente 95% de todo o recurso em energia, constituído pela energia gerada pela companhia e contratos de compra, já está negociado em contratos de longo prazo para o horizonte compreendido entre os anos de 2023 e 2025 de maneira a proteger o negócio em meio a um cenário de redução de preços de mercado no curto prazo.

Em novembro de 2022, a Auren anunciou a aquisição de 15% da Flora Energia, startup que por meio de uma plataforma de marketplace oferece uma solução tecnológica escalável a clientes do mercado regulado através do acesso à energia de geração distribuída.

REGULAMENTAÇÃO

Moraes pede vista em julgamento sobre a transferência de créditos do ICMS

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista no julgamento sobre transferência de créditos do ICMS. O caso tem impacto bilionário para o varejo - um estudo da Tendências Consultoria Integrada apresentado ao Supremo estima perda de R\$ 5,6 bilhões de créditos tributários por ano para as dez maiores empresas do varejo do País. Esta é a quarta vez que a Corte tenta julgar a ação.

Está em análise o destino dos créditos de ICMS após o STF ter decidido, em 2021, que o tributo não incide no envio de mercadorias entre estabelecimentos de uma mesma empresa em Estados diferentes. Agora, o Supremo discute a modulação dos efeitos da decisão e também o que acontecerá com os créditos que as empresas utilizavam para abater o imposto.

No regime do ICMS, chamado de "não cumulativo", o tributo é compensado ao longo da cadeia produtiva em forma

de crédito. Assim, as empresas aproveitam o que foi pago na etapa anterior para abater na próxima. A transferência de créditos, além de reduzir o impacto do ICMS, permitiria que as empresas equilibrassem o caixa entre suas unidades de diferentes estados. Agora, a preocupação é que as companhias não consigam dar vazão aos créditos acumulados.

Até a suspensão do julgamento, o placar estava empatado em 4 a 4. Moraes já havia votado.

Os ministros estão divididos em duas teses diferentes. Edson Fachin, Cármen Lúcia, Ricardo Lewandowski e Luís Roberto Barroso votaram para que os efeitos da decisão comecem a valer em 2024. Passado esse prazo, as empresas terão direito à transferência de créditos mesmo se os estados ainda não tiverem regulamentado a questão.

Já Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Nunes Marques e Luiz Fux votaram pela modulação

dos efeitos a partir de 18 meses contados a partir da publicação da ata deste julgamento, sem definir o que acontecerá caso os estados não regulamentem a transferência de créditos. Toffoli, que abriu a divergência em relação ao voto de Fachin, afirmou que considera "prematura" definir as consequências da não regulamentação.

Com a mudança no regime da Corte aprovada no final do ano passado, o ministro deverá apresentar seu voto em até 90 dias. Após esse prazo, o caso será liberado automaticamente para análise dos demais ministros.

Moraes pediu também destaque no julgamento sobre a possibilidade de incidência de PIS/Cofins sobre o crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A análise começou no plenário virtual da Corte na última sexta-feira, 10, e apenas o ministro relator, Luís Roberto Barroso, havia publicado seu voto. Com o pedido de

Moraes, a análise agora passará a ser feita no plenário físico do Supremo, conforme data a ser indicada pela presidente Rosa Weber.

Barroso foi favorável à exclusão do crédito da base de cálculo de PIS/Cofins. No entendimento do ministro, os créditos não se enquadram no conceito de faturamento, pois são incentivo fiscal concedido pela Receita Federal com o objetivo de desonerar exportações. Nesse sentido, tributar os créditos seria equivalente a onerar o próprio benefício concedido pelo ente público.

Na prática, as empresas recebem o crédito presumido de IPI como ressarcimento de PIS/Cofins pago na aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem de produtos destinados à exportação.

A Corte analisa um recurso apresentado pela União contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)

de 2005. Na época, o tribunal acolheu pedido da fabricante de equipamentos agrícolas John Deere Brasil e determinou a exclusão do crédito da base de cálculo de PIS/Cofins.

A empresa alegou que o crédito presumido de IPI não constitui receita porque se trata, na verdade, de recuperação de custos.

Barroso afirmou em seu voto que a tributação de produtos de exportação cria uma desvantagem na "linha de largada" do comércio internacional. "Ao entrar em outra jurisdição, em princípio, o bem sofrerá tantas outras incidências tributárias quanto os demais produtos estrangeiros que se encontram nesse mercado. Para afastar tal desvantagem, aplicam-se o princípio do país de destino e a vedação à exportação de tributos, que procuram garantir que os produtos nacionais não sofram uma dupla tributação e alcancem o mercado estrangeiro em condições de competitividade", afirmou.

SERVIÇO INFANTIL

Air France supera expectativas de lucro e tem receita recorde

As crianças recebem um novo kit de atividades divertidas da tripulação para mantê-las entretidas com jogos imaginativos

Air France-KLM divulgou na sexta-feira (17) que teve lucro líquido de 496 milhões de euros no quarto trimestre de 2022, revertendo prejuízo de 126 milhões de euros apurado no mesmo período de 2021. Além disso, a companhia aérea franco-holandesa teve receita recorde no trimestre, de 7,13 bilhões de euros, 47% maior do que a de um ano antes.

Já o lucro operacional, uma métrica acompanhada de perto por analistas e investidores, caiu para 134 milhões de euros no último trimestre de 2022, ante 179 milhões de euros no mesmo intervalo do ano anterior, gerando margem de 1,9%.

Os resultados trimestrais superaram as expectativas de analistas, que previam prejuízo líquido de 57 milhões de euros, lucro operacional de 102 milhões de euros e receita de 6,89 bilhões de euros.

A empresa tem dedicado seus serviços às crianças e adolescentes. Em todas as cabines dos voos de longo curso da Air France, as crianças agora recebem um novo kit de atividades divertidas da tripulação de cabine para mantê-las entretidas com jogos imaginativos de dramatização durante a viagem e para usar em casa. No interior,



Air France: os resultados trimestrais superaram as expectativas de analistas

vão encontrar uma figurinha em forma de cão com uma mala, um avião com as cores da companhia aérea, um puzzle de passarela, um livro de atividades e lápis de cor. O kit se desdobra para revelar uma divertida decoração de confeitaria francesa e a estatueta usa um top de marinheiro, duas referências emblemáticas à França.

Este novo kit é distribuído a todos os jovens viajantes durante o serviço de refeições a bordo. O menu "kids" é composto exclusivamente por produtos orgânicos nos voos com saída de Paris e é oferecido automaticamente para crianças de 2

a 6 anos. A partir dos 6 anos, os pais da criança podem reservar o menu infantil gratuitamente até 24 horas antes da partida. Como parte de uma abordagem ecológica, este kit não contém plástico. Cada item é feito de madeira FSC (obtida de florestas geridas de forma sustentável) ou papel e papelão reciclado.

A Air France também oferece novos produtos para famílias que viajam com crianças menores de 2 anos. Em todas as cabines dos voos de longa distância da Air France, os clientes recebem um adorável kit de papel kraft contendo um cachorro fofinho, feito de materiais macios

reutilizáveis e recicláveis. Nas cabines La Première, Business e Premium Economy, este kit também vem com uma linda bolsa nas cores da Air France e água termal orgânica certificada Castéra made in France.

Ao longo da viagem, a Air France também oferece outras atividades divertidas para seus jovens viajantes. Juntamente com refeições especiais e kits de atividades divertidas, os pequenos globetrotters também podem desfrutar de uma seleção dedicada de programas de entretenimento, incluindo música, desenhos animados e uma introdução à meditação. Uma seleção de 16 revistas infantis também pode ser baixada no aplicativo Air France Play.

A Air France também aceita crianças de 4 a 17 anos viajando sozinhas a bordo de seus voos. Com o serviço "Kids Solo", o pessoal da Air France os acompanha e garante sua segurança. Graças ao aplicativo da Air France, os pais podem acompanhar cada etapa de sua viagem, desde a partida no aeroporto até a chegada ao destino.

A Air France continua a aumentar a capacidade para o Canadá. No verão de 2023, a Air France operará até 50 voos semanais para 5 destinos no Canadá: Ottawa (novo serviço em 2023), Quebec City (novo serviço em 2022), Montreal, Toronto e Vancouver.

MUDANÇA CLIMÁTICA

Mitsubishi une esforços rumo ao carbono zero

A Mitsubishi Electric Corporation e a Mitsubishi Heavy Industries, Ltd. chegaram a um acordo básico para estabelecer uma joint venture para integrar suas áreas de negócio focadas em sistemas geradores de energia.

O acordo prevê que a Mitsubishi Electric seja o acionista majoritário e a Mitsubishi Heavy Industries seja o acionista minoritário da nova empresa.

A mudança climática causada pelo aquecimento global afeta todo o mundo, e os esforços para alcançar a neutralidade de carbono, reduzindo as emissões de gases de efeito estufa a zero líquido, são cada vez mais urgentes e prioridade para empresas.

Previsões indicam que a demanda por eletricidade deve aumentar principalmente devido ao crescimento econômico em países emergentes e à conscientização sobre segurança energética, impulsionando a troca de fontes de energia.

No futuro, o segmento de geração de energia térmica terá seus sistemas descarbonizados com a conversão do seu combustível para hidrogênio, amônia e outras fontes livres de carbono. Usinas de grande porte serão responsáveis pelo impulso inicial dessa transição, adotando fontes renováveis, um modelo de geração de energia que é afetada pelas mudanças climáticas.

Considerando o potencial e demanda desse novo mercado, a Mitsubishi Electric e a Mitsubishi Heavy Industries chegaram a este acordo básico para fortalecer ainda

mais sua competitividade, integrando seus respectivos negócios e combinando suas tecnologias e ativos.

Essa integração comercial criará uma parceria mais forte e expandirá a oferta dos sistemas geradores de energia das duas empresas em escala global, contribuindo assim para a concretização de uma sociedade neutra em carbono.

Os detalhes da nova empresa de joint venture, incluindo a taxa de investimento, serão decididos por meio de due diligence e discussões adicionais.

Com mais de 100 anos de existência, a Mitsubishi Electric Corporation é reconhecida como líder mundial na fabricação, comercialização e vendas de equipamentos elétricos e eletrônicos utilizados em Sistemas elétricos e de energia, Automação industrial, Sistemas de informação e comunicação, Dispositivos eletrônicos, Sistemas de transporte e Aparelhos domésticos. Com o princípio corporativo de contribuir com a criação de uma sociedade próspera, a companhia está presente em mais de 40 países ao redor do mundo, totalizando mais de 140 mil colaboradores. A empresa registrou receita de 4.476.7 bilhões de ienes (US\$ 36.7 bilhões) no ano fiscal encerrado em 31 de março de 2022.

Com uma taxa de câmbio de 122 ienes para o dólar americano, a taxa de pelo Mercado de Câmbio de Tóquio em 31 de março de 2022.

SEGUROS

Clube da Bolinha-RJ abre os trabalhos rumo aos 70 anos

O Clube da Bolinha abriu os trabalhos de 2023, ano em que celebra 70 anos, com um encontro super especial.

A abertura das atividades de 2023 não poderia ser mais alvissareira para os membros da confraria.

O reitor Anselmo Abrantes Fortuna anunciou as primeiras providências para a realização do evento de celebração dos 70 anos da entidade, segunda a se organizar após a confraria de São Paulo.

Para contar esta história rara e bonita destes profissionais do setor unidos por toda vida, a confraria irá produzir um folder sobre a trajetória da organização, a relação de todos os seus reitores e os nomes de alguns ícones do mercado que fizeram parte da confraria.

"A ideia é reunirmos os membros e suas esposas num evento comemorativo que faça jus a esta data tão importante para todos nós que estamos mantendo

acessa a chama dos anseios e ideais do Clube da Bolinha: unir todos aqueles que contribuem para o bom desempenho dos seguros em nosso Estado, de forma harmônica, interativa com solidariedade e amizade", destacaram os diretores da organização.

Abriando os trabalhos do jantar de fevereiro, os padrinhos dos novos Bolinhas admitidos, entregaram o distintivo de lapela.

São eles: 1) Paulo Penido, procurador geral da Susep, representado por Neival Freitas, relações públicas do Clube da Bolinha e ex-reitor da confraria

2) Eliezer Tunala, ex-diretor da Susep, atualmente consultor empresarial, apa-

drinhado também por Neival Freitas e

3) Luis Cláudio Freitas, procurador do Banco Central e sócio da Consultoria de seu pai, Neival Freitas, que foi apadrinhado por Gilberto Villela, diretor financeiro do Clube da Bolinha.

Fábio Lessa, diretor comercial da Capemisa Seguradora e o seu padrinho Márcio de Carvalho, diretor da Capemisa Capitalização, não puderam estar presentes e a sua incorporação ao grupo será oficializada no jantar de março.

Com esses novos confrades o Clube da Bolinha atinge o total de 45 membros na composição desta tradicional confraria do mercado de seguros.

A meta da atual reitoria é chegar até agosto de 2023, quando o Clube completa 70 anos, com 50 membros.

"Estamos empenhados nesta missão e tentando trazer outros profissionais do mercado de seguros, que ofereceram ou ainda oferecem uma contribuição de grande valor para o nosso setor e, acima de tudo, imbuídos deste espírito de cooperação e fraternidade, que faz parte do DNA do Clube", disse o reitor Anselmo Abrantes Fortuna.

Os aniversariantes de fevereiro: Fábio dos Santos Lessa (5); Ricardo Moraes (17); José Luis Florippes Lima (19); Paulo Antonio Penido (22) e Irapuã Gonçalves Beltrão (28) foram homenageados. O aniversariante sorteado com a cobiçada caneta do Clube da Bolinha foi Ricardo Moraes, filho do decano da confraria, Nilo Moraes, que fez a entrega do brinde.



Cristiane Martins e Felipe Prado foram anunciados como diretores de áreas da Somo Seguros



Somo Seguros anuncia dois novos diretores

A Somo Seguros S.A., subsidiária da Somo Internacional, empresa responsável pelas operações de seguro e resseguro do Grupo Somo Holdings fora do Japão, acaba de anunciar Cristiane Martins para o cargo de Diretora Atuarial e de Gestão de Riscos e Felipe Prado Ribeiro como Diretor Técnico responsável pelas áreas de Produto Automóvel, Equipamentos Massificados, Produto Responsabilidade Civil e Produto Agricultura.

A medida segue a política da companhia de reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos profissionais, bem como as estratégias de fortalecimento da gestão de riscos e agregar ainda mais valor e

incrementar a competitividade da companhia nos processos de precificação, subscrição e oferta diferenciada de coberturas nas variadas linhas de produto.

Cristiane Martins da Silva, assume o cargo de cargo de Diretora Atuarial e de Gestão de Riscos, por meio do qual está responsável pelas áreas de Atuarial de Provisões, Solvência e Produtos e Gestão de Riscos e Compliance. A executiva está na Somo Seguros desde julho de 2021 e antes ocupava a posição de superintendente Atuarial de Provisões e Produto. Cristiane conta com cerca de 20 anos de experiência na área Atuarial de seguradoras nacionais e multinacionais. É gra-

duada em Ciência Atuariais pela FMU, com MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Felipe Prado Ribeiro, assume o cargo de como Diretor Técnico responsável pelas áreas de Produto Automóvel, Equipamentos Massificados, Produto Responsabilidade Civil e Produto Agricultura. Atua na Somo Seguros desde abril de 2021 e antes ocupava o cargo de superintendente de Produto Automóvel. É graduado em Administração pela PUC-SP, pós-graduado em Planejamento Estratégico pela ESPM e com MBA em Gestão Estratégica Empresarial pela FGV-SP.

Allianz registra lucro operacional recorde

A Allianz registrou lucro líquido ligeiramente maior em 6,7 bilhões de euros em 2022 (6,6 bilhões de euros em 2021). O lucro operacional saltou 5,7%, para 14,2 bilhões de euros, impulsionado pelos segmentos de ramos elementares e vida/saúde.

O segmento de P&C (Property-Casualty) reportou maiores resultados de subscrição e investimento. Além disso, o aumento no lucro operacional no segmento de negócios Vida/Saúde deveu-se principalmente à contribuição positiva das operações adquiridas da Aviva na Polônia e ao crescimento dos negócios na Ásia.

O lucro operacional em Asset Management caiu, principalmente devido a taxas de performance mais baixas e receitas impulsionadas por AuM, que foram impactadas por um ambiente de mercado desafiador.

"Com nossos resultados recorde de receita e lucro operacional em 2022, a Allianz consolidou sua posição como uma das maiores, mais resilientes e confiáveis instituições financeiras globais do mundo. Nosso desempenho é o produto de um projeto cuidadoso, execução confiável, simplificação implacável e gerenciamento de capital disciplinado. Além disso, a satisfação do cliente e do funcionário, bem como a força da marca, alcançaram pontuações recorde. Em um mundo imprevisível com riscos crescentes e desequilíbrios sociais, estamos orgulhosamente demonstrando nossa capacidade de alavancar os benefícios da escala" da Allianz".

TURISMO

Portugal acaba com vistos gold para frear disparada nos preços de imóveis

Ao todo, 11.600 permissões de residência foram concedidas a candidatos dispostos a comprar imóveis no valor de ao menos 500 mil euros e investir ao menos 1,5 milhão de euros no País

O governo de Portugal anunciou que vai parar de conceder os vistos gold, programa de cidadania e residência concedido a investidores no país, na tentativa de aliviar a falta de moradias e frear a especulação imobiliária. No anúncio feito pelo primeiro-ministro António Costa na quinta-feira, 16, também foi proibida a concessão de novas licenças para apartamentos turísticos.

Portugal começou a emitir "autorizações de residência para investimento" em 2012, quando o país recebia ajuda financeira da União Europeia (UE) e buscava capital estrangeiro. Ao todo, 11.600 permissões de residência foram concedidas a candidatos dispostos a comprar imóveis no valor de ao menos 500 mil euros (R\$ 2,8 milhões), investir ao menos 1,5 milhão de euros (8,4 milhões de reais) ou criar dez empregos no país.

Por meio do programa, os lusitanos captaram cerca de 6,8 bilhões de euros (aproximadamente R\$ 38 bilhões) em uma década - muitos deles vindos de brasileiros. Segundo consultorias especializadas na obtenção desse tipo de visto, os brasileiros são a segunda nacionalidade com mais solicitações aceitas, atrás apenas dos chineses.

A medida tem o potencial de afetar vistos já concedidos, uma vez que a renovação deles só vai ocorrer se os investimentos imobiliários forem destinados à habitação permanente do próprio investidor ou seus descendentes, ou se a casa for colocada no mercado de aluguel "de forma duradoura", segundo o premiê.



Portugal: o Executivo proibirá a atribuição de novas licenças, com exceção de imóveis rurais em cidades do interior onde "não há pressão urbana" e poderão ser fator de dinamização econômica

"Nesses últimos dez anos, os aluguéis registraram um aumento muito superior à inflação", afirmou Costa. "Os preços atuais são altos demais para o mercado português", acrescentou.

O dispositivo, que também existe em outros países europeus, como a Espanha, já havia sido revisado em Portugal. Na última modificação, tinham ficado excluídos do programa os investimentos em Lisboa e

Porto, para baixar a pressão nos preços do setor imobiliário. A expectativa é de que, com o fim das permissões, aumente-se o número de habitações disponíveis no país, reequilibrando o mercado.

A suspensão do visto gold, aprovada pelo Conselho de Ministros na quinta-feira, não foi uma medida isolada. O plano para conter o preço dos imóveis visa um maior controle da oferta de apartamentos turísticos - como AirBnb ou hostels - para aumentar a oferta de habitação para aluguel.

O Executivo português proibirá a atribuição de novas licenças, com exceção de imóveis rurais em cidades do interior onde "não há pressão urbana" e "poderão ser um importante fator de dinamização econômica", explicou o primeiro-ministro.

As licenças já concedidas serão revisadas em 2030 e

passarão por avaliação periódica a cada cinco anos a partir de então. Os proprietários destes alojamentos terão de pagar uma taxa extraordinária que será destinada ao financiamento das políticas de habitação e haverá também benefícios fiscais para quem, até 2024, transferir o seu apartamento turístico para o mercado de arrendamento habitacional.

Costa reconheceu que os

apartamentos turísticos tinham um forte poder de revitalização das cidades e de criação de emprego, mas minimizou o impacto que a medida poderá ter no setor do turismo, um dos motores econômicos do país. "Não podemos matar a galinha dos ovos de ouro", declarou, alegando que o turismo não deve passar por transformar as cidades em uma "espécie de Disneylândia", mas por oferecer uma "experiência única".

TECNOLOGIA

Fundador do China Renaissance desaparece e ação do banco cai

As ações do China Renaissance, um dos principais bancos de investimento da China, despencaram na sexta-feira (17) depois de sua controladora informar que perdeu contato com seu fundador, Bao Fan, um dos banqueiros mais importantes do país e proeminente negociador do setor de tecnologia.

Em comunicado à Bolsa de Hong Kong, a China Renaissance Holdings disse que não consegue localizar Bao, que intermediou grandes transações, incluindo a oferta inicial pública de US\$ 2 bilhões da empresa de comércio eletrônico JD.com e a listagem da plataforma de vídeos curtos Kuaishou em Hong Kong.

A empresa disse desconhecer "qualquer informação que indique que a indisponibilidade de Bao" esteja relacionada aos negócios do grupo.

O desaparecimento de Bao ocorre após grandes empresas de tecnologia virarem alvo de amplas investigações nos últimos dois anos, num processo que, segundo Pequim, já teria sido concluído. No pregão de sexta em Hong Kong, a ação do China Renaissance chegou a despencar até 50%, antes de

fechar em queda de 28%.

Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores chinês, Wang Wenbin disse não estar a par da situação ao ser questionado a respeito, durante coletiva de imprensa. "Eu gostaria de enfatizar que a China é um país sob o estado de direito, e o governo chinês protege os direitos e interesses dos cidadãos chineses de acordo com a lei", disse Wang.

Em setembro do ano passado, o ex-presidente do China Renaissance Cong Lin foi detido por autoridades chinesas, de acordo com a agência Caixin, a primeira a divulgar a notícia.

Investigações anticorrupção com foco no setor financeiro chinês já enquadraram dezenas de funcionários e executivos financeiros de instituições como Everbright Securities, China Construction Bank e ICBC.

No passado, Bao Fan trabalhou no Credit Suisse e no Morgan Stanley. Ele fundou o China Renaissance em 2005 e abriu seu capital em 2018, quando levantou US\$ 346 milhões.

Na Europa, os mercados acionários fecharam a

sexta-feira, 17, em queda, em pregão com alta volatilidade e seguindo perspectivas de altas mais agressivas nos juros pelos bancos centrais das principais economias. Ainda, as bolsas foram pressionadas pelo baixo rendimento do setor de energia.

Em Londres, o FTSE 100, caiu 0,10% a 8.004,36 pontos, enquanto o índice DAX, em Frankfurt, seguiu o movimento e fechou em baixa de 0,33%, a 15.482,00 pontos. O CAC 40, em Paris, cedeu 0,25%, a 7.347,72 pontos, e o FTSE MIB, em Milão, fechou em baixa de 0,37%, a 27.751,14 pontos. Já em Madri, o índice Ibex 35 caiu 0,01%, a 9.326,80 pontos. Por fim, na Bolsa de Lisboa, o PSI 20 subiu 0,35%, a 6.022,54 pontos. As cotações são preliminares.

Na esteira de Wall Street, as bolsas europeias sentiram o peso do pessimismo em Nova York, com a possibilidade de altas mais agressivas nos juros por parte do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano). Falando sobre as taxas básicas, o dirigente do Banco Central Europeu (BCE), François Villeroy, negou a possibilidade de corte de juros

neste ano, segundo a Reuters.

Seguindo a fraqueza do petróleo, empresas de energia foram pressionadas na sexta, como a BP, caindo quase 1,5%, e a Shell, em queda de quase 2%, ambas em Londres. Em Paris, a TotalEnergies caiu mais de 2%, enquanto a Eni teve baixa de quase 2,5% em Milão. Já em Lisboa, a Galp Energia cedeu cerca de 2,5%.

Em segundo plano, está o varejo do Reino Unido. Apesar ter vindo um pouco acima do esperado pelo mercado em janeiro, a consultoria Capital Economics acredita que o ano ainda será de contrações e que os resultados não são suficientes para fazer com que o país escape de uma possível recessão. Também ficou de lado a desaceleração do índice de preços ao produtor (PPI) na Alemanha.

Entre outras ações em destaque no pregão, os papéis da Air France-KLM saltaram quase 6% em Paris após a publicação de seu balanço do quarto trimestre de 2022, com receita recorde. Já os papéis do banco britânico NatWest despencaram mais de 6%, após seu balanço não agradar investidores.

TERRORISMO

Taliban dificulta venda de pílulas anticoncepcionais a mulheres no Afeganistão

Combatentes do Taliban estão visitando farmácias e exigindo o fim da venda de métodos contraceptivos em duas grandes cidades do Afeganistão, segundo uma investigação do jornal britânico The Guardian. Farmacêuticos e obstetras confirmaram as ações embora oficialmente o governo não admita haver uma proibição para que mulheres acessem pílulas e dispositivos anticoncepcionais.

Farmacêuticos em Cabul, a capital, e Mazar-i-Sharif, uma importante cidade ao norte do país, disseram que membros do grupo terrorista têm ido de porta em porta mandando retirar os medicamentos e injeções das prateleiras, alegando que a contracepção é uma conspiração ocidental para controlar a população muçulmana.

"Eles vieram duas vezes à minha loja com armas e me ameaçaram para não vender pílulas anticoncepcionais. Eles verificam regularmente todas as farmácias em Cabul e paramos de vender os produtos", disse um lojista na capital. Outros lojistas afirmaram ter medo de vender seus estoques de pílulas e injeções.

Obstetras também relataram ter sido ameaçadas para não vender o contraceptivo, alegando que os combatentes afir-

mam que "o uso de anticoncepcionais e planejamento familiar é uma agenda ocidental". Mulheres que fazem uso dos medicamentos relataram ao jornal preocupação e desespero com a medida.

No entanto, nenhuma declaração oficial do governo foi feita sobre o assunto. Ao Guardian, Ustad Faridoun, um porta-voz do Taliban em Kandahar, disse que não apoiava uma proibição total. "O uso de anticoncepcionais às vezes é clinicamente necessário para a saúde materna. É permitido na Sharia usar métodos contraceptivos se houver risco para a vida da mãe. Portanto, uma proibição total de contraceptivos não é certa."

Um relatório da Human Rights Watch produzido em maio de 2021, portanto antes do Taliban tomar novamente o poder no país, já indicava a tendência de declínio nos investimentos em saúde para as mulheres no país, e apontava preocupações com o que ocorreria após a retirada das tropas americanas.

A preocupação agora dos ativistas de direitos reprodutivos e das mulheres e que com a queda no uso de contraceptivos, piore os casos de mortalidade materna em um país que já é um dos mais perigosos.

ENTREVISTA

RODRIGO AGOSTINHO, presidente do Ibama

INTERLOCUÇÃO

Lula nomeia
André Ceciliano
para cargo
em secretaria

A régua para medir o desempenho do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na área ambiental, em 2023, já está dada: a queda no atual índice de desmatamento. O novo presidente do Ibama, Rodrigo Agostinho, ainda aguarda a sua nomeação no Diário Oficial da União, mas trabalha nas repartições do órgão para fazer valer a meta que impôs a si mesmo: de cortar, pela metade, o volume do desmatamento ilegal registrado no ano passado, na Amazônia e demais áreas do País.

Agostinho, que foi estagiário e voluntário do Ibama quando tinha 15 anos, em Bauru (SP), chega agora à presidência do órgão, com 44 anos, escolhido pela ministra do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas (MMA), Marina Silva. Ex-deputado federal do PSB, por São Paulo, tem a missão de colocar em prática as políticas de um ministério que passou a ser acompanhado com lupa, dentro e fora do País.

Ele disse que o Ibama voltou a atuar, após anos de paralisação durante a gestão Jair Bolsonaro, mas é preciso recuperar a estrutura do órgão, que foi esvaziada. O Ibama já chegou a ter 2 mil fiscais em campo. Atualmente, conta com menos de 350 agentes pra fiscalizar o Brasil inteiro. Um novo concurso já foi pedido. "A gente tem meio Ibama hoje. Se você considerar todos os funcionários em atividade, são 2.900 servidores. Temos apenas 53% de seu quadro total previsto. O governo Bolsonaro paralisou o Ibama, perseguiu os servidores, desmontou o órgão."

As ações de combate ao crime do garimpo que assola a terra indígena Yanomami, em Rondônia, disse Agostinho, não têm prazo para acabar e incluirão, num próximo momento, medidas de recuperação de florestas degradadas. Na área de multas ambientais, foi montada uma força-tarefa para tentar impedir a prescrição de 130 mil autuações, que somam R\$ 18 bilhões, um valor que supera com folga quatro anos do orçamento do MMA.

O trabalho de proteção e fiscalização ambiental, disse o novo presidente do Ibama, deve contar não apenas com recursos da União, mas também do Fundo Amazônia e outros órgãos que voltaram a bater na porta do órgão, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Fundo Global para o Meio Ambiente, (GEF, na sigla em inglês), um dos maiores financiadores de projetos ambientais do mundo.

Qual é a situação do Ibama que o senhor encontrou?

A verdade é que a gente tem meio Ibama hoje. Se você considerar todos os funcionários em atividade, são 2.900 servidores. Temos apenas 53% do quadro total previsto, mesmo sabendo que, no ano passado, houve uma decisão do Supremo Tribunal Federal, que obrigava o governo passado a fazer concurso. A gestão Bolsonaro paralisou o Ibama, perseguiu os servidores, desmontou o órgão. Estamos trabalhando agora para chamar quem não foi chamado, para fazer um novo concurso.

Quantos servidores devem ser contratados?

Ainda não temos um número fechado, mas se eu conseguir ampliar o quadro com cerca de 500 servidores, já seria um alívio importante para nós.

Ainda neste ano?

Estamos tratando disso. Já enviamos um pedido ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Vamos trabalhar para recompor o quadro. Não dá para o Brasil, que tem a maior biodiversidade do mundo, que tem metade de seu território com alguma cobertura vegetal, mesmo que degradada, não ter uma estrutura capaz de atender a tudo isso.

Ibama quer reduzir desmatamento pela metade este ano

Pablo Valadares - Câmara dos Deputados



Rodrigo Agostinho: "tem muito servidor aqui que foi vítima de assédio, de perseguição e humilhações"

Haverá recursos?

Fizemos uma recomposição do orçamento, não podemos reclamar do orçamento agora. A área ambiental, como um todo, teve um aumento de R\$ 550 milhões, um recurso que foi dividido em várias ações e programas do ministério. Para o Ibama, devemos ter um fôlego de aproximadamente R\$ 100 milhões, é o que vai permitir fazer planejamento, botar a equipe na rua, fazer operações, contratar helicópteros, tocar toda a logística e inteligência do órgão. Paralelamente, a gente está restabelecendo as relações internas

O que isso significa?

Tem muito servidor aqui que foi vítima de assédio, de perseguição, humilhações. Temos de recuperar o ambiente interno e, ao mesmo tempo, recuperar nossa governança institucional com as outras entidades. Áreas estratégicas do Ibama foram desmontadas, notadamente, as áreas de fiscalização e de apuração de multas. O Ibama não conseguia mais dialogar com as outras instituições, porque a Funai também estava com o mesmo problema, a Polícia Federal lidava com bastante restrição, e a gente precisa trabalhar junto. Estamos hoje com mais de 100 policiais da Força Nacional dentro da terra Yanomami, por exemplo, apoiando nosso trabalho. Além disso, estamos revendo os despachos do antigo presidente (Eduardo Bim), as políticas que estavam acontecendo aqui dentro.

Houve recorde de desmatamento nos últimos anos. O que esperar neste primeiro ano de governo Lula?

Nossa meta principal é combater o desmatamento. O Ibama vai ser avaliado por isso e esta é a prioridade número um da ministra Marina Silva. Se

a gente conseguir reduzir o desmatamento próximo de 50% neste primeiro ano, vai ser uma importante vitória. Se somarmos todas as áreas, foram quase 2 milhões de hectares desmatados no ano passado. É muita coisa. Pela primeira vez, a gente teve Cerrado e Amazônia com um índice muito próximo

A meta é cortar o desmatamento pela metade em relação ao ano passado?

É isso. Eu acho que é o que a gente precisa perseguir. Nós já perdemos 20% da floresta. Daquilo que sobra, 40% sofreram alguma degradação. Precisamos botar um freio de arrumação nisso. Não quer dizer que proprietários não vão poder fazer desmatamento legal, mas o fato é que a floresta de pé tem que valer mais do que floresta do chão. Hoje, no Mato Grosso, o preço de uma área desmatada é o dobro de uma área com floresta. Não faz sentido, não pode continuar assim.

A gestão anterior do Ibama deixou de executar um plano de ação previsto na terra indígena Yanomami. Por quê?

Porque tudo estava praticamente parado aqui, porque havia apenas ações pontuais. As diretorias não faziam mais planejamento, você não tinha uma estratégia definida, desde coisas simples, como uma política de remoção de funcionários, até o enfrentamento desses desafios. O comando aéreo estava desmontado, as estratégias de trabalho estavam desmontadas. Havia uma determinação judicial de agir na região, inclusive, que não foi cumprida. Em janeiro, começamos imediatamente a trabalhar nisso. Estamos na terra Yanomami sem data de saída. A pedido da ministra Marina Silva, também começamos a fazer um plano de

restauração e de recuperação da área, que é outro problema que precisa ser enfrentado.

Em que fase está o trabalho na terra Yanomami?

A primeira etapa foi estrangular a logística. Conseguimos o fechamento do espaço aéreo. Depois, atacamos quem vendia combustível ilegalmente, por exemplo, os suprimentos. Tinha empresa de Cubatão vendendo combustível de aviação para o garimpo. Fizemos as barreiras, apreendemos muito combustível, armamento e alimentos. Agora, além da limpeza da área, estamos buscando os cabeças do crime.

Todas os garimpeiros estão sendo liberados?

As pessoas estão sendo fichadas e liberadas, mas estamos colhendo depoimentos e muita informação útil, que está servindo para operações como a que foi realizada nesta semana pela Polícia Federal, indo atrás de quem financia o crime. É quem a gente quer pegar. Não trabalhamos com a perspectiva de sair logo da terra Yanomami. Vamos ficar na região e faremos operações em outras terras indígenas, também, em parceria com a Funai, a PF e a Força Nacional. Fora isso, temos um passivo enorme ambiental. Será um desafio grande para ser recuperado.

Como impedir que o garimpo retorne?

Vamos ter uma presença constante nessas áreas, as pessoas terão de se acostumar a ver os agentes do Ibama nestas cidades, na padaria, nas ruas. Vamos priorizar os municípios com maiores taxas de desmatamento. Não temos mais do que 30 municípios prioritários. Isso será definido pelo PPCDAm (Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento

na Amazônia Legal).

Há um passivo gigantesco de multas ambientais no Ibama. O que será feito disso?

Temos 130 mil multas que podem prescrever e que somam R\$ 18 bilhões. Estamos com uma força tarefa para salvar o máximo possível, fazendo triagem dos processos, separando as multas maiores, avaliando o grau de complexidade.

O governo Bolsonaro queria fazer a conciliação dessas multas com os autuados. Isso vai prosseguir?

A gente está abandonando aquela ideia de conciliação, que nunca foi conciliação, aquilo nunca existiu. Fizemos poucas audiências, estavam brincando de conciliação e deixaram acumular esse volume bilionário que pode prescrever. Vamos retomar a proposta de conversão de multas, recuperar tudo aquilo que estava acontecendo e foi abandonado, como o projeto que prevê a conversão de multas para recuperar o São Francisco, a bacia do Parnaíba, entre outros projetos.

Qual é a situação de financiamentos internacionais, como o Fundo Amazônia?

É um programa fundamental e que acaba de ser retomado, com a sua primeira reunião realizada na quinta-feira. Estamos empolgados com essa possibilidade de retorno. E o interessante é que outros doadores também estão aparecendo. Tenho recebido visitas e ligações diárias.

Quais doadores?

Já falei, por exemplo, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o Fundo Global para o Meio Ambiente, (GEF, na sigla em inglês), que é um dos maiores financiadores de projetos ambientais do mundo. Muitas organizações vieram, querem ajudar o governo brasileiro a restabelecer a governança, a por fim no desmatamento ilegal, e o Ibama é peça-chave nessa história.

A bancada ruralista faz muita pressão sobre o processo de licenciamento ambiental. Como fica essa área?

Não vamos atropelar as decisões técnicas, elas serão respeitadas. Servidores sofreram todo tipo de pressão no governo Bolsonaro. Isso acabou. Estamos em um novo governo, que respeita a lei ambiental. Sabemos que o Brasil precisa voltar a crescer e seremos parceiros nisso, mas com a garantia da questão ambiental, é preciso botar um equilíbrio nessa balança.

Como medir esse equilíbrio?

É preciso que não haja ingerência e que o servidor possa trabalhar. Esse setor de licenciamento precisa ser reestruturado. É preciso que os processos prevejam a participação da sociedade, como prevê a convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Qualquer empreendimento ganha força quando uma população é respeitada e ouvida. Isso não quer dizer que será dela a decisão sobre o licenciamento, mas ela vai embasar o processo, para que haja uma decisão técnica.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva nomeou o ex-presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro André Ceciliano (PT) para o cargo de secretário Especial de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República.

A nomeação foi publicada na sexta-feira, 17, assinada por Lula e pelo ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais. Ceciliano integrou o grupo técnico sobre Pequenas Empresas no grupo de transição do governo e é considerado um petista moderado, com interlocução com grupos que vão do PSD ao PL, do ex-presidente Jair Bolsonaro.

No Rio, Ceciliano foi um dos responsáveis por aproximar Lula ao prefeito Eduardo Paes (PSD) e por manter diálogos com o atual governador Cláudio Castro (PL), que fez campanha por Jair Bolsonaro na última campanha.

Com um perfil pragmático, Ceciliano abriu uma disputa entre petistas e pessebeistas pela candidatura ao Senado no ano passado. O então presidente da Alerj disputou com Alessandro Molon (PSB) a vaga na chapa de Marcelo Freixo (PSB) ao governo do Rio. No fim, os dois concorreram, mas não foram eleitos.

Ex-deputado estadual e ex-prefeito de Paracambi, cidade do interior do Rio de Janeiro, Ceciliano assumiu a presidência da Alerj em 2017 para um mandato-tampão, em meio a doenças e prisões de deputados à frente dele na linha sucessória. Ceciliano conduziu sua gestão como uma espécie de antítese de Jorge Picciani (MDB), o ex-cacique emedebista que comandou a Casa por anos e foi preso no âmbito dos esquemas envolvendo o ex-governador Sérgio Cabral (MDB).

Ceciliano foi investigado pelo Ministério Público do Rio com base no mesmo relatório de inteligência financeira que deu origem às apurações contra o hoje senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ). No caso dele, a investigação não teve grandes avanços, como o cumprimento de medidas cautelares.

Em nota, Ceciliano diz que o inquérito acerca do caso foi devidamente concluído e arquivado depois que o Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, ao fim de dois anos de investigação, constatou que não houve qualquer transferência de recursos ou valores de funcionários do gabinete do ex-deputado para as suas contas pessoais, de seus familiares ou entre os próprios servidores. "Isso é de conhecimento público e já foi objeto de inúmeras matérias, disponíveis em buscas na Internet", diz.

"O secretário, à época, abriu seus sigilos bancários e fiscal, com total transparência e em nenhum momento tentou impedir ou suspender a investigação", reitera, em nota.

O presidente Lula formalizou também no Diário Oficial da União (DOU) a indicação de 15 deputados federais para exercer a função de vice-líderes do governo na Câmara.

A mensagem presidencial enviada à Casa lista os seguintes deputados: Alencar Santana Braga (PT-SP), Rubens Pereira e Silva Junior (PT-MA), Ana Paula de Souza Lima (PT-SC), Damião Feliciano da Silva (União-PB), Emanuel Pinheiro da Silva Primo (MDB-MT), Pedro Paulo Cavalho Teixeira (PSD-RJ), Renildo Vasconcelos Calheiros (PCdoB-PE), Josenildo Santos Abrantes (PDT-AP), Jonas Donizette Ferreira (PSB-SP), João Carlos Bacerlar Batista (PL-BA), Maria Leal Arraes de Alencar (Solidariedade-PE), Waldemar de Andrada Ignácio de Oliveira (Avante-PE), Igor Tarciano Timo (Pode-MG), Rogério Correia de Moura Baptista (PT-MG) e Henrique dos Santos Vieira Lima (PSOL-RJ).

HIERARQUIA

CGU revoga sigilo de 100 anos e manda Exército liberar processo sobre Pazuello

O Exército sustentava que, por conta do posto de general, a exposição do caso Pazuello poderia abalar o princípio da hierarquia militar e preferiu manter os documentos em sigilo

A Controladoria Geral da União (CGU) determinou que o Exército tem 10 dias para retirar o sigilo do processo administrativo que envolveu o general da reserva, ex-ministro da Saúde e hoje deputado eleito Eduardo Pazuello. Em 2021, o oficial participou de um ato político ao lado de Jair Bolsonaro no Rio de Janeiro. Código de conduta militar impede que a participação em eventos de caráter partidário sem autorização do Comando do Exército.

Ainda durante o governo Bolsonaro, por conta da violação do código de conduta, foi instaurado um processo administrativo, mas Pazuello acabou absolvido. Desde então o Exército vinha se negando em dar acesso ao resultado da apuração sob alegação de que se tratava de uma questão pessoal que, por lei, deveria ficar protegida por 100 anos. A justificativa, no entanto, violava todos os precedentes de pedidos de acesso a sindicâncias já encerradas. A CGU entendia que uma vez concluída a apuração, a documentação é pública.

O Exército sustentava ainda que, por conta do posto de general, a exposição do caso Pazuello poderia abalar o princípio da hierarquia militar. Durante o governo Bolsonaro, foram apresentados pedidos de acesso ao processo, mas tanto o Comando como a própria CGU preferiram manter os documentos em sigilo.

A reportagem apresentou um novo pedido no final do ano passado. O pedido foi novamente negado pelo Exército. Ao analisar um recurso no caso,



Pazuello foi nomeado ministro da Saúde no meio da pandemia e Bolsonaro queria liberar o uso da cloroquina como medicamento para prevenir a contaminação

a CGU, que pela Lei de Acesso à Informação, tem poder de rever decisões de outras Pastas do governo federal, decidiu acabar com o sigilo dos documentos.

“O órgão recorrido (Exército) deverá disponibilizar aos requerentes, no prazo de 10 (dez) dias a contar da publicação desta decisão, o acesso ao inteiro teor do procedimento disciplinar requerido, com o tarjamento, estritamente, de informações pessoais e dados biográficos inerentes a aspectos da vida privada do titular constantes nos autos, tais como: CPF,

número de identidade, endereços físicos e de correios eletrônicos, assinaturas, etc”, diz o despacho da CGU.

Até o momento, o Exército só havia concordado em divulgar um extrato com mero resumo do processo, relatando apenas que a investigação foi aberta. Pazuello apresentou sua defesa e foi absolvido.

O general Pazuello foi nomeado ministro da Saúde no meio da pandemia. Na época, Bolsonaro queria liberar o uso da cloroquina como medicamento para prevenir a contaminação.

Os ministros que ocuparam o cargo até então se negaram a fazer isso. Pazuello não se opôs. Ele fez editar documento facilitando o uso do medicamento que não tinha eficácia comprovada. Pazuello também retardou negociações do governo federal com a gestão do tucano João Dória que se preparava para fabricar a primeira vacina no Brasil.

Numa “live” ao lado de Bolsonaro, Pazuello resumiu sua linha de atuação: “É simples assim: um manda e o outro obedece”. A gestão do general na Saúde

e a atuação do governo Bolsonaro no combate ao coronavírus foram alvo de uma CPI do Senado. Pazuello terminou indiciado por crimes cometidos durante a pandemia.

No dia 23 de maio de 2021, o então ministro da Saúde e general Eduardo Pazuello subiu num palanque com o presidente Jair Bolsonaro. No ato político, o presidente criticou governadores que incentivaram o isolamento social como forma de evitar o alastramento da covid 19. O regimento militar proíbe que militares participem de

atos políticos sem autorização do superior. O Exército abriu uma sindicância para apurar o caso. Pazuello se defendeu e foi absolvido.

No dia 7 de julho de 2021, o Exército negou acesso ao processo disciplinar, já arquivado, do caso Pazuello. Alegou que eram informações pessoais protegidas por 100 anos. O caso foi parar na CGU, em grau de recurso, e a Controladoria, ignorando julgamentos anteriores que permitiam o acesso a processos disciplinares já concluídos, aderiu aos argumentos do Exército para considerar que a divulgação dos documentos poderia abalar a hierarquia das Forças Armadas.

A reportagem apresentou um novo pedido de acesso ao processo de Pazuello em dezembro de 2022. Mais uma vez o requerimento foi rejeitado. Foi apresentado mais um recurso ao Comando da Força que foi julgado já no governo Lula. A resposta foi assinada pelo coronel Emílio Ribeiro, subchefe do gabinete do Comandante. O oficial se limitou a dizer que ratificava as decisões anteriores do governo Bolsonaro e que elas estavam “em conformidade” com a Lei de Acesso à Informação.

A CGU anunciou na sexta-feira, 3, a produção de 12 enunciados com entendimento sobre o que deve ou não permanecer em sigilo. Um dos enunciados diz que sindicâncias militares devem ter mesmo tratamento das civis, ou seja, após a conclusão os documentos são públicos.

Novo parecer da CGU determina a liberação do processo e dá 10 dias para Exército retirar o sigilo do caso Pazuello.

ATOS VIOLENTOS

Invasão resulta em três militares presos e ao menos três inquéritos

A invasão e a depredação das sedes dos três Poderes, no dia 8 de janeiro, por apoiadores radicais do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), resultaram, até agora, na prisão de três militares e na abertura de pelo menos três inquéritos policiais militares (IPMs).

Levantamento feito pelo reportagem mostra que, entre os 937 presos atualmente por envolvimento nos atos extremistas, há três militares da reserva das Forças Armadas: um capitão, um soldado e um suboficial - este último está recolhido em quartel da Marinha. Dos 439 detidos que foram libertados - com uso de tornozeleira eletrônica -, há um sargento da reserva do Exército.

Dois inquéritos policiais militares foram concluídos até o momento contra coronéis da reserva que se manifestaram via redes sociais. Eles foram indiciados por crimes previstos no Código Penal Militar. É o caso de Adriano Testoni, que ofendeu superiores. Durante participação nas manifestações gipistas, o coronel postou um vídeo em que ataca os generais do Alto-Comando por não terem aderido aos atos violentos em Brasília. Acusado de injúria, ele perdeu o cargo que ocupava no Hospital das Forças Armadas. A outra punição foi motivada pela conduta de José Plácido

Matias dos Santos, que trabalhou no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República. O inquérito foi aberto com base em declarações do coronel da reserva. Ele defendeu, nas redes sociais, um golpe de Estado, xingou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ameaçou ministros de Estado e ofendeu o atual comandante da Marinha, almirante Marcos Sampaio Olsen, a quem desafiou que ordenasse sua prisão.

De acordo com dados do Exército e do Ministério da Defesa obtidos pela reportagem, além dos dois inquéritos policiais militares sobre os coronéis da reserva Adriano Testoni e José Plácido, uma outra investigação aberta no âmbito da Força Terrestre apura a operação considerada malsucedida de segurança e proteção do Palácio do Planalto pelos militares do Batalhão da Guarda Presidencial (BGP) e do GSI.

Esse inquérito apura a suspeita de convivência com os radicais durante a invasão e depredação do Planalto. Um dos nomes na mira da investigação é o do coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora, comandante do BGP na ocasião.

Civis e também investigados por suposta omissão no dia 8 de janeiro, Ibaneis Rocha (MDB) foi afastado do governo do Distrito Federal e Anderson

Torres, exonerado da Secretaria de Segurança Pública do DF e preso por ordem do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

O inquérito sobre a invasão da sede do governo federal é conduzido por um oficial indicado pelo Comando Militar do Planalto. Encerrado - o prazo inicial vence em cinco dias -, será enviado para apreciação do Ministério Público Militar e do Superior Tribunal Militar.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) já denunciou 835 pessoas por crimes relativos aos ataques de 8 de janeiro. O Ministério Público não confirmou, no entanto, se há militares entre os acusados formalmente ou alvo de medidas cautelares - as íntegras das denúncias estão sob sigilo.

Desde as primeiras prisões, há notícia de militares entre os detidos, mas os fatos ainda não são objeto de apuração disciplinar interna das Forças Armadas. É o caso do suboficial Marco Antônio Braga Caldas, que está na carceragem do Grupamento de Fuzileiros Navais da Marinha; do capitão Nader Luís Martins; do soldado Robson Victor de Souza; e do segundo-sargento Noemio Laerte Hochscheidt. O capitão e o soldado permanecem presos no Complexo Penitenciário da Papuda, enquanto o sargento faz uso de tornozeleira eletrônica, con-

forme a Secretaria de Administração Penitenciária do Distrito Federal.

Marinha disse que “até o momento não foi notificada sobre presos militares que tenham participado das manifestações de 8 de janeiro”. Segundo a Força Naval, “a violação das obrigações ou dos deveres militares constituirá crime, contravenção ou transgressão disciplinar”. “As providências são tomadas de acordo com o caso concreto, após conclusão de eventual processo administrativo disciplinar, com o exercício da ampla defesa e do contraditório para, se for o caso, aplicação de sanções pertinentes”, afirmou.

O Exército disse que os IPMs abertos serão encaminhados ao Ministério Público Militar e ao STM no prazo legal. A Força Aérea Brasileira não respondeu à reportagem até a conclusão desta edição.

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, monitora o andamento dos casos. Segundo ele, é de interesse das próprias Forças Armadas “que tudo seja esclarecido”. A posição do comandante do Exército, general Tomás Paiva, é dar andamento às investigações.

O procurador-geral de Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte, já conversou sobre o andamento das investigações com o general Tomás.

LEI DAS ESTATAIS

Governo envia parecer contra a restrição a indicação de políticos

Em parecer enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF), o governo criticou as restrições impostas pela Lei das Estatais à indicação de políticos para cargos de direção em empresas públicas. O posicionamento, encaminhado via Advocacia-Geral da União (AGU), contraria parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que foi favorável à lei.

As manifestações foram feitas em ação apresentada pelo PCdoB no fim do ano passado, que pede a invalidação de dispositivos da lei sancionada em 2016 pelo então presidente Michel Temer (MDB). A vedação atinge pessoas que tenham cargos públicos ou que tenham atuado em partidos políticos ou campanhas eleitorais nos três anos anteriores.

O relator da ação é o ministro Ricardo Lewandowski, visto como um nome próximo ao PT no STF. Se as restrições da lei forem consideradas inconstitucionais, a decisão abrirá caminho para a indicação de aliados políticos de Lula na direção de estatais.

A AGU sustenta que os órgãos de controle, como o Tribunal de Contas da União (TCU), já têm competência para garantir o respeito aos princípios da Administração Pública e a punição em caso de des-

vios. O órgão consultou a PGFN e a Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos (SAJ) antes de se manifestar ao STF. A AGU seguiu a argumentação defendida pela SAJ, órgão da Presidência da República. “Pode-se entender que os dispositivos impugnados violam a proporcionalidade e a razoabilidade na medida em que prescrevem a má-fé dos indivíduos a que se refere”, diz o parecer citando a SAJ.

Em relação à PGFN, no entanto, há divergências. Para o órgão ligado ao Ministério da Fazenda, as restrições da Lei das Estatais “revelam-se juridicamente legítimas, razoáveis e proporcionais”.

Na ação apresentada ao STF, o PCdoB argumentou que a experiência em cargos públicos deve ser reconhecida como capacidade política “compatível com as exigências das funções de administração das empresas estatais, sobretudo a partir de uma perspectiva de governança democrática”. Para a legenda, as regras ferem direitos constitucionais à isonomia, à liberdade de expressão e à autonomia partidária.

A Câmara dos Deputados aprovou no fim do ano passado um projeto que reduz a quarentena de indicados a ocupar cargos diretivos.

TRIBUTAÇÃO

Pandemia reduz liberdade econômica de Estados ao menor nível desde 2003

O pior desempenho em liberdade econômica é o de Alagoas. Em 2014, a nota alagoana era 6,55. Em 2020 passou para 3,01, o que resulta em uma variação negativa de 54,1%

O ambiente de negócios nos Estados foi duramente castigado pela pandemia e atingiu seu pior desempenho no intervalo de 17 anos, entre 2003 e 2020. É o que mostra um paper produzido pelo Instituto Millennium em parceria com pesquisadores do Índice Mackenzie de Liberdade Econômica Estadual. O estudo avaliou que o ambiente de negócios das unidades federativas ficou em média 36% pior que em 2003.

A pesquisa que deu origem ao paper foi estruturada na verificação de três componentes: gastos do governo; tributação e regulação; e liberdade nos mercados de trabalho. Com base neles, em 2003 - em uma classificação de 0 a 10 - a nota média dos Estados brasileiros para sua liberdade econômica era 6,34. Em 2020, primeiro ano da pandemia, a nota média caiu para 4,06, confirmando a redução de 36% na média dos Estados brasileiros.

"A pandemia joga a liberdade econômica dos Estados em um nível que nunca vimos tão baixo desde 2003. É uma derrubada muito forte, que foi percebida em todos os critérios da nossa análise. Não tem comparação", avaliou o coordenador do Centro Mackenzie de Liberdade Econômica e um



Vladimir Fernandes Maciel: "a pandemia joga a liberdade econômica dos Estados em um nível que nunca vimos tão baixo desde 2003"

dos autores do paper, Vladimir Fernandes Maciel.

O paper analisa individualmente os Estados em um período de seis anos. O pior desempenho em liberdade econômica é o de Alagoas. Em 2014, a nota alagoana era 6,55. Em 2020 passou a 3,01, o que resulta em uma variação negativa de 54,1%. Já São Paulo é a

unidade federativa que menos piorou no período. Em 2003, a nota era 5,23 e, em 2020, era de 5,19. Uma variação de apenas 0,8% para baixo.

De acordo com o documento, as unidades da federação perderam pontos recuperados após os anos de recessão de 2015 e 2016. O que chama a atenção é que

2020 representou uma queda muito intensa e mudou bastante as posições relativas de várias unidades da federação. Na prática, as unidades federativas que estavam melhor posicionadas em 2020 não se encontram nessa posição porque houve melhora absoluta, mas porque pioraram menos que as demais unidades da

federação.

"A pandemia e as políticas públicas para lidar com seus efeitos acabaram por aumentar a participação do Estado na atividade econômica. O setor privado teve forte encolhimento, com grande redução do emprego e da renda, paralisação ou fechamento dos negócios. O governo, por sua

vez, acabou crescendo em termos de despesas e subsídios e eventuais reduções de arrecadação foram muito menores que a queda de renda da população", avaliou o paper.

Na interpretação do estudo, a tributação também influencia o ambiente de negócio dos Estados. Por isso, os especialistas analisaram o peso dos tributos na renda das unidades federativas. Em 2003, a nota era 6,24. Já em 2020, a nota era 1,30, ou seja, o número piorou muito e indica que os tributos estão pesando no orçamento das famílias residentes.

"Durante a pandemia, a população começou a consumir mais mercadorias porque ficou mais em casa e também passou a gastar mais com telecomunicação, o que aumentou a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)", explicou o autor.

Na avaliação da pesquisa, para que haja aumento real de liberdade econômica, os Estados brasileiros devem implementar políticas públicas que promovam um ambiente de negócio mais amigável. Entre elas, estão: redução de carga tributária, reformas regulatórias, investimentos em infraestrutura, valendo-se de parcerias público-privadas e concessões, fomento à inovação e às startups.

PARCERIA

Educafro e Prefeitura de São Paulo oferecem vagas de estágio e bolsas em universidades

A ONG Educafro, mantida pela entidade Francisco de Assis e focada na inclusão de pessoas negras e de baixa renda em universidades públicas e particulares, fechou uma parceria com universidades privadas e com a Prefeitura de São Paulo para ofertar bolsas de estudo e vagas de estágio nos órgãos públicos municipais. O anúncio foi feito pela Frei David Raimundo Santos, diretor presidente da FAecidh, nas redes sociais da organização no dia 10. "Nunca esperei que em vida ia ter uma tremenda vitória como essa", diz em vídeo.

A cooperação com a Prefeitura é um dos resultados do protocolo de intenções assinado em dezembro do ano passado para fomentar o ingresso de associados da Educafro ao programa de estágios da administração municipal que já existe. Já as bolsas de estudo são para quatro universidades, em ensino presencial e EaD. Para participar das seleções é preciso estar associado ao instituto.

Dentre as instituições educacionais estão a Universidade São Francisco (USF), onde as bolsas são de 100%, a UniMais, que oferece cursos à distância com bolsas de 80%, o Centro Universitário Sant'Anna (Uni Sant'Anna), na qual a ONG conseguiu bolsas de 60%, e o Centro Universitário Paulistano, que oferece bolsas de 50%.

As bolsas de estudo disponibilizadas pelas instituições podem ser solicitadas por pessoas negras de todo o Brasil,



Universidade: a cooperação com a Prefeitura é um dos resultados do protocolo assinado em dezembro para fomentar o ingresso de associados da Educafro

desde que dispostas e com a possibilidade de se mudarem para a capital paulista e associadas à Educafro. São 5 mil bolsas e o processo exige que se preencha um formulário da organização que pode ser solicitado pelo telefone (11) 96273-6869 ou pelo e-mail educafro@educafro.org.br.

As documentações para entrar em cada uma das instituições de ensino variam e devem ser buscadas diretamente com as universidades.

Na USF, por exemplo, é preciso se inscrever no vestibular social da universidade, realizar uma prova online de redação e, após a aprovação, fazer a matrícula online com envio de docu-

mentação e avaliação socioeconômica. O processo deve ser feito até maio deste ano. Como critérios estão: não ter ensino superior (graduação), não ser aluno da USF (matrícula ativa e/ou trancada, exceto ingressante 2023) e não ser beneficiário de outro programa de bolsas e/ou financiamentos governamentais ou da própria Instituição de ensino superior.

As 4 mil vagas de estágio são para estudantes pretos e pardos, de baixa renda, que fazem graduação a partir do segundo semestre, ensino médio na rede pública e o EJA. As vagas são na própria Prefeitura e nas secretarias do município.

No caso do ensino médio,

as bolsas-estágio são de R\$ 700 mensais, com carga horária de 4 horas diárias. Para o ensino superior o auxílio se divide em dois tipos: para estágios nos quais a carga horária é de 4 horas diárias, as bolsas são de R\$ 1.000, e para as vagas de estágio de 6 horas diárias, as bolsas são de R\$ 1.500.

Todas as modalidades recebem um auxílio transporte de R\$ 193,60 e para os que possuem carga horária diária de 6 horas é garantido o auxílio refeição de R\$ 25 reais por dia estagiado.

Os critérios para concorrer ao estágio remunerado é ser um associado à Educafro, assistir à reunião de acolhida

e realizar a prova de cidadania que fazem parte do processo de associação da organização; estar matriculado ou se matricular em uma universidade parceira da Educafro, preencher um formulário disponível nas páginas da organização, participar da reunião de instrução com os responsáveis técnicos do projeto "Bolsa estágio Educafro", que ocorre todas as quintas às 19h45 e aos sábados às 9 horas e atender a outras tarefas de cidadania que a Educafro passa pelo Telegram.

O programa de bolsas fica aberto até o mês de junho, enquanto as vagas estiverem

disponíveis. "Conforme forem surgindo as vagas serão reabertas as inscrições. Essa é da primeira chamada", afirma a assessora da organização.

Já a Prefeitura de São Paulo salienta que dentre os seus critérios é necessário que o estudante esteja matriculado, com frequência nas aulas, em curso de ensino superior, de educação profissional ou de ensino médio regular e habilitado no processo seletivo da instituição pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).

Além disso, alunos de primeiro e último semestre da graduação e ensino médio ou técnico não serão aceitos para estágio.

A parceria da Educafro com a Prefeitura de São Paulo, por meio da Secretaria Municipal de Gestão, foi assinada em dezembro de 2022. A proposta do protocolo de intenções seria fomentar o ingresso de pessoas negras associadas à Educafro ao programa de estágio da Prefeitura. O documento foi assinado por Frei David, diretor presidente da FAecidh, em evento com a presença de representantes de outras secretarias, como as de Cultura, de Direitos Humanos e Cidadania, Secretária Executiva Coordenação de Promoção da Igualdade Racial.

A premissa do concílio seria ampliar o número de estagiários negros e negros na administração pública. De acordo com a Prefeitura, dos seus 5.117 atuais estagiários, 28,2%, se auto-declararam negros ou afrodescendentes.

ABUSO

Não é não: lei é garantia contra importunação sexual no carnaval

A importunação sexual foi definida em termos legais como a prática de ato libidinoso contra alguém sem anuência "com objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro". Pena prevista é de 1 a 5 anos de prisão

Carnaval é época de diversão e durante a folia acontece muita paquera. No entanto, o que não é consentido é considerado crime: a Lei 13.718, em vigor desde 2018, criminaliza os atos de importunação sexual e divulgação de cenas de estupro, nudez, sexo e pornografia.

A pena para as duas condutas é prisão de 1 a 5 anos. A importunação sexual foi definida em termos legais como a prática de ato libidinoso contra alguém sem a sua anuência "com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro".

Atos considerados por muitos como parte da festa como passar a mão no corpo de alguém ou roubar um beijo hoje são tipificados como crime de importunação sexual. Beijo à força ou qualquer outro ato consumado mediante violência ou grave ameaça, impedindo a vítima de se defender, de acordo com a mesma lei, configura crime de estupro. Beijo, portanto, só consentido.

A psiquiatra Danielle Admoni, especialista pela Associação Brasileira de Psiquiatria, explica porque, apesar da lei, é tão difícil o entendimento de que "não é não", principalmente pelos homens.

"Muitas vezes o 'não' é entendido como: 'ela quer, mas está com vergonha', e isso é terrível porque essa pessoa está falando não, e não é não. Mesmo que ela fale de forma educada, ou sorrindo, não é não. Mas a pessoa que está do outro lado não tem esse entendimento por essa questão sociocultural, de que ele está acima."

A pedagoga Claudia Petry,



Atos considerados por muitos como parte da festa como passar a mão no corpo de alguém ou roubar um beijo hoje são tipificados como crime de importunação sexual

especialista em Sexologia Clínica e em Educação para a Sexualidade pela Universidade Federal de Santa Catarina, concorda que, mesmo com a lei, a questão é cultural, mas principalmente de não saber lidar com as frustrações.

"Nossa sociedade, ao longo da nossa história, foi muito permissiva para as questões do homem sobre a mulher. Assim, formamos no passado, e também no presente, uma sociedade em que o homem pensa ter o poder - e posse - e, que pode ter tudo o que

quer, não aprendendo a lidar com quaisquer frustrações e principalmente, com os direitos da mulher ou de qualquer outra pessoa. Ouvir um 'não' - e aceitá-lo - é respeitar o livre arbítrio do outro e tirar do abusador o 'poder' de fazer o que quer".

Já a psicóloga Monica Machado, especialista em Psicofísica e Saúde Mental pelo Instituto de Ensino e Pesquisa do Hospital Albert Einstein, alerta que, em caso de violências, abuso ou importunação, é preciso procurar ajuda psi-

cológica. "Não deixe de falar com pessoas próximas e procure ajuda profissional. Muitas mulheres se sentem envergonhadas e preferem se calar. No entanto, essa ferida pode gerar um trauma e transtornos psicológicos. Guardar para si é alimentar a contundidade da situação e não pensar que alguém próximo também pode ser vítima algum dia", reforça.

Mesmo com a tipificação de crime e ações governamentais para acolhimento às vítimas, algumas dicas de especialistas

podem ajudar a se proteger no carnaval:

Cuidado com os golpes da bebida: não aceite bebidas de estranhos e não deixe seu copo sozinho na mesa. Essas medidas impedem que os abusadores coloquem qualquer tipo de substância que possa deixar a vítima desorientada e assim facilitar o abuso.

Apito: tenha em mãos um apito e uma caneta marca texto preta, para riscar um "X" (símbolo de socorro) na palma da mão e deixar visível, caso precise. "Estas técnicas já ajuda-

ram muitas mulheres a se livrar de situações de risco", ressalta a psicóloga Monica Machado.

Mantenha contato com seu grupo de amigos: antes de sair, crie um grupo com os amigos que estarão com você. Caso se perca deles ou precise de ajuda, contate-os pelo grupo. Vale ainda marcar um ponto de referência, de preferência, que seja movimentado. "Evite ficar sozinho. Mesmo em meio à multidão, você será um alvo fácil, principalmente para homens sob efeito de álcool/drogas. Ao se sentir perseguida ou em situação vulnerável, busque um policial próximo ou entre em um estabelecimento", aconselha a sexóloga Claudia Petry.

Cuidado com o celular e pertences: além de cuidar de sua integridade física, cuide também de seus pertences. Leve o mínimo possível para a folia. Guarde seu celular em uma 'doleira', por baixo da roupa, assim como a cópia da sua identidade e o dinheiro. Evite pagar por PIX e delete todos os aplicativos de banco. Além da violência sexual, os abusadores podem roubar a vítima também.

Atenção no transporte público: na volta para casa, seja de metrô ou ônibus, procure sentar perto do motorista ou de outras pessoas, principalmente se for tarde da noite. Evite ficar isolada e dormir no banco. Se estiver de carro, certifique-se de que não há ninguém próximo ao ir embora. Também evite estacionar em ruas desertas.

Se presenciar ou for vítima de importunação sexual, as denúncias podem ser feitas para o Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher ou procurando diretamente a Guarda Municipal da sua cidade ou a Polícia Militar, ligando 190.

SAÚDE

Campanha alerta para infecções sexualmente transmissíveis

O carnaval está de volta e o momento é de celebrar a alegria, o amor, a diversidade e o respeito com responsabilidade pra curtir a folia em segurança. É o que defende a Campanha de Prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), lançada na sexta-feira (17) pelo Ministério da Saúde.

Segundo a pasta, o alerta vale para qualquer tipo de IST, não apenas o HIV, e inclui, por exemplo, o HPV, a herpes genital e a sífilis.

Com o slogan voltou o carnaval e com camisinha a alegria é geral, a proposta é reforçar a importância do uso do preservativo, sobretudo entre o público de 15 a 34 anos. As peças publicitárias incluem um filme para televisão veiculado nacionalmente; conteúdo informativo nas redes sociais; e peças afixadas em locais de grande circulação, como pontos de ônibus, estações de metrô, rodoviárias e avenidas.

De acordo com o ministério, haverá reforço das mensagens de prevenção em Salvador, em São Paulo, no Rio de Janeiro, no Recife e em Brasília, cidades onde há maior concentração de foliões. Uma novidade da campanha em 2023 é o ajuste na nomenclatura dos preserva-

tivos distribuídos pela pasta: antes conhecidos como masculino e feminino, eles passam a ser identificados como externo e interno.

As IST são causadas por vírus, bactérias e outros microrganismos transmitidos por meio do contato sexual oral, vaginal e anal sem o uso de preservativo e com uma pessoa que esteja infectada. A terminologia infecções sexualmente transmissíveis passou a ser adotada em substituição à expressão doenças sexualmente transmissíveis (DST) porque destaca a possibilidade de uma pessoa ter e transmitir uma infecção mesmo sem sinais e sintomas.

Por meio de nota, o ministério reforçou que, apesar da melhora no cenário epidemiológico da covid-19 no país, o carnaval 2023 ainda ocorre em um momento de pandemia e a recomendação é que todos busquem as unidades de saúde e completem o ciclo de imunização.

Atualmente, mais de 19 milhões de brasileiros estão com a segunda dose do esquema vacinal primário atrasada; 68 milhões estão em atraso com a primeira dose de reforço; e pouco mais de 30 milhões, com a segunda dose.

The Valspar Corporation Ltda.

CNPJME nº 01.635.544/0001-92 - NIRE 35.214.338.788

Instrumento Particular de 46ª Alteração do Contrato Social da The Valspar Corporation Ltda., para Aprovação da Incorporação da Sociedade

Instrumento Particular de 46ª Alteração do Contrato Social da The Valspar Corporation Ltda., para Aprovação da Incorporação da Sociedade pela Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo assinada: Sherwin-Williams Coatings S.A.R.L., sociedade constituída e existente de acordo com as leis de Luxemburgo, com endereço em 8-10 Avenue de la Gare, L-1610 Luxembourg, inscrita no CNPJME sob o nº 27.043.109/0001-62, neste ato representada por seu procurador, Sr. Nilton Castillo de Rezende, RG nº 17.120.072-X, inscrito no CPF/MÉ sob o nº 116.932.528-99, sócia única da sociedade empresária limitada The Valspar Corporation Ltda., com sede na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Estrada dos Casa, nº 5050, Portão B, Bairro Alvarenga, CEP 09840-900, inscrita no CNPJME sob o nº 01.635.544/0001-92, com seu Contrato Social devidamente registrado na JUCESP sob o NIRE nº 35.214.338.788, em 14/01/1997, tendo como última alteração a 45ª Alteração do Contrato Social, arquivada na JUCESP sob o nº 648.481/22-4, 23/11/2022 ("Sociedade"), resolve: 1. Da Incorporação da Sociedade pela Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda. 1.1. Os administradores da Sociedade e da Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda., sociedade empresária limitada com sede na cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirama, 480, Bairro São Judas Tadeu, CEP 06785-300, CNPJME nº 60.872.306/0001-60, NIRE 35.200.850.422 (SWB), propuseram a incorporação da Sociedade pela SWB, nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da The Valspar Corporation Ltda. pela Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda." ("Protocolo"), datado de 01/01/2023, que passa a fazer parte integrante deste instrumento que será arquivado na sede da sociedade. 1.2. Após ter analisado o Protocolo, a sócia única aprova integralmente, neste ato, todos os seus termos e condições. 1.3. Em seguida, a sócia única ratifica a contratação da empresa especializada Mirante Auditoria e Consultoria S/S Ltda., localizada na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Rua Luiza Meneguelli Manoni, 72, Jardim Paulista, CEP 13468-274, inscrita no CNPJME sob o nº 19.047.722/0001-20 e no CRC-SP sob o nº 031686-04 ("Empresa Especializada"), que ficou a cargo da elaboração do laudo de avaliação do ativo contábil líquido da Sociedade ("Laudo de Avaliação"). 1.4. Ato contínuo, a sócia única ratifica o Laudo de Avaliação da Sociedade, preparado pela Empresa Especializada, que indica o valor do patrimônio líquido da Sociedade, em 30 de novembro de 2022, de R\$ 308.173.233,74, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento arquivado na sede da sociedade. Fica consignado que o acervo da Sociedade é recebido pela SWB pelo citado valor. 1.5. Fica consignado que o acervo da Sociedade é recebido pela SWB pelo citado valor. 1.6. Em decorrência das aprovações do Protocolo e do Laudo de Avaliação, fica aprovada e concretizada a incorporação desta Sociedade pela SWB, segundo os termos e condições previstos no Anexo I. 1.7. Fica consignado que, em decorrência da incorporação, os ativos da Sociedade passam a ser de propriedade e titularidade da SWB, devendo a transferência da propriedade dos ativos relacionados no Anexo III do presente documento ser objeto de registro nos órgãos competentes. 1.8. Fica consignado que, em decorrência da incorporação acima mencionada, (i) o atual estabelecimento sede da Sociedade, localizado na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Estrada dos Casa, nº 5050, Portão B, Bairro Alvarenga, CEP 09840-900, registrado na JUCESP sob NIRE 35.214.338.788 e inscrito no CNPJME sob o nº 01.635.544/0001-92, será absorvido pela SWB e passará a ser operado pelo estabelecimento filial da SWB localizado na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Estrada dos Casa, nº 5050, Portão B, Bairro Alvarenga, CEP 09840-900, registrado na JUCESP sob NIRE 35.906.367.891 e no CNPJME sob o nº 60.872.306/0161-63; e (ii) o atual estabelecimento filial da Sociedade, localizado na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 638, Quilômetro 173,5, Sala 1, Bairro Boa Vista, CEP 99500-000, registrado na JUCISRS sob NIRE 43.901.302.690 e inscrito no CNPJME nº 01.635.544/0007-88, será absorvido pela SWB e passará a ser operado pelo estabelecimento filial da SWB localizado na cidade de Carazinho, Estado do Rio Grande do Sul, na Rodovia BR 638, Quilômetro 173,5, Sala 1, Bairro Boa Vista, CEP 99500-000, registrado na JUCISRS sob NIRE 43.920.043.378 e no CNPJME sob o nº 60.872.306/0160-82. 1.9. Consumadas as providências legais da incorporação, a Sociedade deverá ser considerada extinta de pleno direito. 1.10. Finalmente, a única sócia autoriza os administradores da Sociedade a tomarem todas as providências necessárias à efetivação da incorporação e a praticarem todos os demais atos e a assinarem todos os documentos necessários para tal fim. São Bernardo do Campo, 01 de janeiro de 2023. JUCESP nº 2.638/23-6 em 05/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda.

CNPJME nº 60.872.306/0001-60 - NIRE 35.200.850.422

Instrumento Particular de 52ª Alteração do Contrato Social, para Criação de Divisão Interna de Negócios e Designação de Administradores; Aprovação da Incorporação da The Valspar Corporation Ltda. pela Sociedade; Aumento do Capital Social da Sociedade; e de Consolidação do Contrato Social

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, a parte abaixo assinada: Sherwin-Williams Coatings S.A.R.L., CNPJME nº 27.043.109/0001-62, neste ato representada por seu procurador, Sr. Nilton Castillo de Rezende, RG nº 17.120.072-X SSP/SP e CPF/MÉ nº 116.932.528-99, sócia única da sociedade empresária limitada Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda., com sede na cidade de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, na Avenida Ibirama, 480, Bairro São Judas Tadeu, CEP 06785-300, CNPJME nº 60.872.306/0001-60, NIRE 35.200.850.422, em sessão de 07/03/1978, tendo como última alteração a 45ª Alteração do Contrato Social, arquivada na JUCESP sob o nº 648.481/22-0, em sessão de 23/11/2022 ("Sociedade"), resolve alterar o Contrato Social da Sociedade de acordo com os seguintes termos e condições: 1. Alteração do Contrato Social: 1.1. Criação de Divisão Interna de Negócios e Designação de Administradores: 1.1.1. A sócia única decide criar uma nova divisão interna de negócios, dotada de autonomia administrativa e operacional, denominada "Tintas Industriais", que abrange tintas industriais para todas e quaisquer finalidades, excluídas as tintas relacionadas às áreas automotiva e arquitetônica (mobiliárias e imobiliárias). 1.1.2. Fica consignado que as filiais da Sociedade pertencentes à Divisão de Tintas Industriais são aquelas indicadas no Anexo I disponível na sede da Companhia. 1.1.3. Neste mesmo ato, a sócia única designa para exercer a administração da sociedade, em conjunto com os Srs. Nilton Castillo de Rezende, Claudio Conde Aguiar, Marco Aurélio Flores e a Sra. Casiana Aparecida Galvão, anteriormente designados, o Sr. Ricardo Rodriguez Pena, RG nº 07.977.342-42 SSP/SP e CPF/MÉ nº 030.928.168-70, para o cargo de Diretor Administrativo da Divisão de Tintas Industriais, para mandato por prazo indeterminado, até que venha a ser destituído e/ou substituído por deliberação da sócia única. 1.1.4. Ainda neste ato, a sócia única designa o Sr. Claudio Conde Aguiar, RG nº 12.915.643-7 SSP/SP e CPF/MÉ nº 058.619.588-23, que já exerce a função de Diretor Operacional das Divisões LAD, AUTO e GSC da Sociedade, para o cargo de Diretor Operacional da Divisão de Tintas Industriais, para mandato por prazo indeterminado, até que venha a ser destituído e/ou substituído por deliberação da sócia única. 1.2. Incorporação da The Valspar Corporation Ltda. pela Sociedade e Aumento do Capital Social da Sociedade: 1.2.1. Os administradores da Sociedade e da The Valspar Corporation Ltda., CNPJME nº 01.635.544/0001-92, NIRE 35.214.338.788 ("Valspar"), propuseram a incorporação da Valspar na Sociedade, nos termos do "Protocolo e Justificação de Incorporação da The Valspar Corporation Ltda. pela Sherwin-Williams do Brasil Indústria e Comércio Ltda." ("Protocolo"), datado de 01/01/2023, que passa a fazer parte integrante deste instrumento como Anexo I disponível na sede da Companhia. 1.2.2. Após ter analisado o Protocolo, a sócia única aprova integralmente, neste ato, todos os seus termos e condições. 1.2.3. Em seguida, a sócia única ratifica a contratação da empresa especializada Mirante Auditoria e Consultoria S/S Ltda., CNPJME nº 19.047.722/0001-20 e no CRC-SP nº 031686-04 ("Empresa Especializada"), que ficou a cargo da elaboração do laudo de avaliação do acervo contábil líquido da Valspar ("Laudo de Avaliação"). 1.2.4. Ato contínuo, a sócia única ratifica o Laudo de Avaliação da Valspar, preparado pela Empresa Especializada, que indica o valor do patrimônio líquido da Valspar, em 30/11/2022, de R\$ 308.173.233,74, o qual passa a fazer parte integrante deste instrumento como Anexo III do presente documento. 1.2.5. Fica consignado que o acervo da Valspar é recebido por esta Sociedade pelo citado valor, o qual foi focalizado pela sociedade incorporada, conforme Alteração de Contrato Social celebrada nesta mesma data. 1.2.6. Em decorrência das aprovações do Protocolo e do Laudo de Avaliação, fica concretizada a incorporação da Valspar pela Sociedade, segundo os termos e condições previstos no Anexo II disponível na sede da Companhia. 1.2.7. Fica consignado que, em decorrência da incorporação, os ativos da Valspar passam a ser de propriedade e titularidade da Sociedade, devendo a transferência de propriedade dos ativos relacionados no Anexo IV do presente documento ser objeto de registro nos órgãos competentes. 1.2.8. Em decorrência da incorporação aprovada acima, fica aumentado o capital social da Sociedade, totalmente integralizado, atualmente de R\$ 374.669.548,80, para R\$ 682.842.782,40, um aumento, portanto, de R\$ 308.173.233,60, sendo que R\$ 0,14 serão mantidos em reserva para futuro aproveitamento pela sócia Sherwin-Williams Coatings S.A.R.L., juntamente com o valor de R\$ 0,97 que já estavam mantidos na referida reserva. Este aumento corresponde ao valor da parcela do acervo líquido da Valspar, desconsiderados os R\$ 0,14 que serão mantidos em reserva para futuro aproveitamento pela sócia Sherwin-Williams Coatings S.A.R.L., e será representado por 385.216.542 novas quotas, do valor nominal de R\$ 0,80 (oitenta centavos) cada uma, as quais são totalmente subscritas pela sociedade incorporada, Valspar, em nome de sua sócia única, Sherwin-Williams Coatings S.A.R.L., e integralizadas mediante versão à Sociedade do seu acervo líquido. 1.2.9. Em virtude do aumento de capital acima mencionado, o capital social de R\$ 682.842.782,40, dividido em 853.553.478 quotas, no valor nominal de R\$ 0,80 cada uma, é inteiramente detido pela sócia única Sherwin-Williams Coatings S.A.R.L. 1.2.10. Fica consignado, ainda, que, em decorrência da incorporação acima mencionada, (i) o atual estabelecimento sede da Valspar, localizado na cidade de São Bernardo do Campo/SP, na Estrada dos Casa, nº 5050, Portão B, Bairro Alvarenga, CEP 09840-900, NIRE 35.214.338.788 e CNPJME nº 01.635.544/0001-92, será absorvido pela Sociedade e passará a ser operado pelo estabelecimento filial da Sociedade localizado na cidade de São Bernardo do Campo/SP, na Estrada dos Casa, nº 5050, Portão B, Bairro Alvarenga, CEP 09840-900, NIRE 35.906.367.891 e CNPJME nº 60.872.306/0161-63; e (ii) o atual estabelecimento filial da Valspar, localizado na cidade de Carazinho/RS, na Rodovia BR 638, Quilômetro 173,5, Sala 1, Bairro Boa Vista, CEP 99500-000, NIRE 43.901.302.690 e CNPJME nº 01.635.544/0007-88, será absorvido pela Sociedade e passará a ser operado pelo estabelecimento filial da Sociedade localizado na cidade de Carazinho/RS, na Rodovia BR 638, Quilômetro 173,5, Sala 1, Bairro Boa Vista, CEP 99500-000, NIRE 43.920.043.378 e CNPJME nº 60.872.306/0160-82. 1.2.11. Consumadas as providências legais da incorporação, a Sociedade deverá ser considerada extinta de pleno direito. 1.2.12. A sócia única autoriza os administradores da Sociedade a praticarem todos e quaisquer atos necessários à efetivação da incorporação, inclusive os registros, arquivamentos, publicações e averbações necessárias à completa regularização da operação, e a assinarem todos e quaisquer documentos necessários para tal fim. 1.3. Alteração do Texto do Contrato Social: Em vista das deliberações acima, ficam alteradas as cláusulas 4, 5 e 6 do Contrato Social, que passam a vigorar com a redação prevista no Contrato Social abaixo consolidado. 2. Consolidação do Contrato Social: Em decorrência das alterações supra e para maior facilidade e clareza, a sócia única resolve consolidar o texto do Contrato Social, que passa a vigorar com nova redação e está disponível na sede da Companhia. JUCESP nº 2.637/23-6 em 05/01/2023. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

SERVIÇOS DE PRINTER

PARA IPO E FOLLOW ON

Formulário de Referência

Prospecto e Offering Memorandum

ITR e DFP

Data Room Venue® by DFIN

Atendimento 24h



www.luzcm.com

SÃO GONÇALO

Defensoria dá dez dias para Prefeitura do Rio adotar medidas contra chuvas

Documento divulgado pela Defensoria Pública fluminense elenca um total de 18 ações urgentes, a fim de atenuar o drama dos moradores afetados pelas chuvas e evitar a ocorrência de novas tragédias.

A Defensoria Pública do Rio de Janeiro expediu na sexta-feira (17) uma recomendação à Prefeitura de São Gonçalo com uma série de medidas para enfrentar os impactos causados pelas fortes chuvas que atingiram a região. O município tem dez dias para tomar as providências e evitar medidas judiciais.

O documento elenca um total de 18 ações urgentes, a fim de atenuar o drama dos moradores afetados pelas chuvas e evitar a ocorrência de novas tragédias. A primeira delas é a prestação de serviço de assistência social, de forma efetiva e contínua, nos pontos de apoio e abrigos provisórios, com acolhimento imediato em condições dignas e de segurança, mantendo alojamentos onde houver desabrigados e desalo-



A cidade de São Gonçalo, no Leste Fluminense, foi castigada por temporais nesta semana. Município terá que tomar atitudes

lojados. Pede, ainda, a atualização e divulgação, de forma ampla e dinâmica, dos locais onde foram instalados os pontos

de apoio e abrigos provisórios e qual assistência a população está recebendo em tais locais.

O município também deve fornecer alimentação, água, vestuário, artigos de higiene e limpeza, cobertores, colchões,

entre outros, aos desabrigados e desalojados que estão acolhidos em todos os pontos de apoio e abrigos provisórios. A recomendação da Defensoria pede, ainda, que a ausência de documentos civis, como RG ou CPF, não seja um obstáculo que impeça a concessão de benefícios eventuais como o auxílio habitacional temporário, bem como que sejam flexibilizados os meios comprobatórios do endereço de domicílio.

A Defensoria também quer que o município realize testes em todos os equipamentos de alerta instalados nas áreas de risco, a fim de assegurar o adequado funcionamento do sistema e apurar o motivo pelo qual algumas sirenes não foram ouvidas pela população após as chuvas recentes.

“É imprescindível garantir que a resposta do Poder Público à emergência instalada seja rápida e eficaz, garantindo que os desabrigados e desaloja-

dos em razão das chuvas sejam acolhidos com dignidade. Não se pode admitir que haja descontinuidade de serviços como assistência social, saúde, proteção e defesa civil, que precisam ser prestados de forma articulada e coordenada para minimizar e até mesmo evitar danos ainda maiores à população de São Gonçalo”, destaca Renata Antão, defensora pública em atuação no 6º Núcleo de Tutela Coletiva da DPRJ.

Coordenadora de Tutela Coletiva da Defensoria, Raphaela Jahara ressalta que os núcleos regionais de tutela coletiva, a Ouvidoria e a Coordenadoria de Tutela Coletiva estão monitorando os impactos das chuvas em todo o Estado. “Queremos assegurar à população mais vulnerável locais dignos para permanecerem sem riscos à sua vida e integridade física, diante das sucessivas omissões dos municípios ao longo dos anos”, afirma.

RECICLAGEM

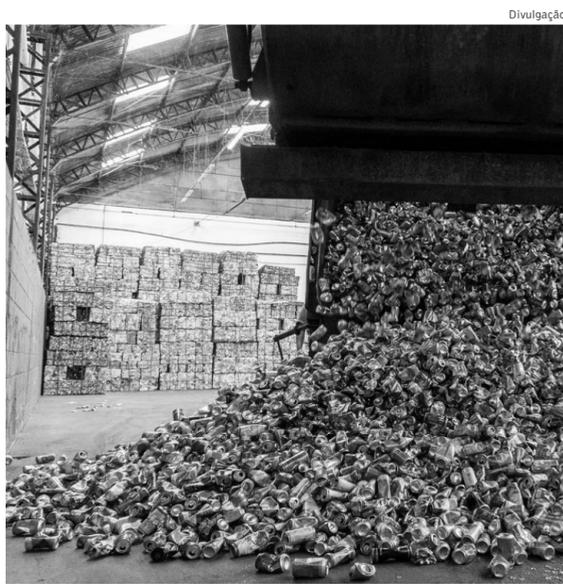
Cada Lata Conta retorna à Sapucaí e busca mais uma nota 10 em sustentabilidade

Entre os dias 17 e 20 e no dia 25 de fevereiro, o Rio de Janeiro estará ainda mais colorido e alegre com o desfile das escolas de samba na Marquês de Sapucaí. Tudo a ver com a embalagem mais moderna, inovadora e sustentável, a lata de alumínio para bebidas. A maior festa popular do planeta terá mais uma vez a participação do programa internacional Cada Lata Conta, que conscientiza as pessoas sobre a sustentabilidade pelo melhor exemplo que temos de economia circular, o da latinha.

Coordenado pela Abralatas - Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio, o Cada Lata Conta estará com estrutura profissional montada no Sambódromo para coletar, separar e destinar 100% das latinhas para a reciclagem. Toda ação é realizada em parceria com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa); o SESC; a consultoria especializada em sustentabilidade Pólen; e as Redes cariocas de cooperativas de catadores de materiais recicláveis Recicla Rio, Movimento e Febracom.

Com mais de 100 catadores, o objetivo é superar a marca de oito toneladas de latinhas coletadas do ano passado e conscientizar um número cada vez maior de foliões sobre a importância da sustentabilidade nas nossas escolhas na hora de consumir e o descarte correto da latinha.

“Como no ano passado, serão cinco dias de atividades intensas para que tenhamos um Carnaval sustentável na Sapucaí. Contamos com o importante trabalho dos catadores do Rio para educar os foliões e reciclar 100% das latinhas”, destaca o presi-



A coleta de latas para a reciclagem é tradição de sustentabilidade do carnaval do Rio

dente executivo da Abralatas, Cátido Cândido. “O desfile das escolas de samba é famoso mundialmente pela sua alegria que contagia milhares de foliões. Temos agora o desafio de torná-lo também conhecido como a festa mais sustentável do planeta, assim como a latinha”, conclui.

Há mais de 15 anos o Brasil mantém uma média de reciclagem de 95% das latas de alumínio, tendo alcançado o recorde de 98,7% e mais de 30 bilhões de unidades recicladas em 2021. O Brasil é o 3º maior produtor mundial de latinhas, com fábricas instaladas em todas as regiões. Um setor preparado para expandir e atender as exigências do consumidor moderno e consciente, que valoriza produtos e embalagens sustentáveis.

Neste segundo ano na Marquês de Sapucaí, o Cada Lata Conta estará com uma

estrutura profissional instalada no Sambódromo, pronta

para coletar, separar, pesar, armazenar e destinar corretamente todas as latinhas para a reciclagem.

“É uma ação importante e que temos orgulho de participar. Além de conscientizar as pessoas, estamos protegendo o meio ambiente, promovendo inclusão social e gerando renda para dezenas de catadores. Somos os maiores especialistas em reciclagem e parabenizamos iniciativas responsáveis como essa”, comenta Claudete Costa, presidente da Rede Movimento e uma das coordenadoras da ação.

O Every Can Counts, ou Cada Lata Conta no Brasil, é um programa internacional de conscientização ambiental e promoção da reciclagem da lata de alumínio para bebidas, que está presente em 19 países da Europa há 12 anos. No Brasil, foi lançado em 2021 e está sob a coordenação da Abralatas.

CR2 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

COMPANHIA ABERTA

CNPJ nº 07.820.907/0001-46 - NIRE nº 33.3.0027764-1

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os acionistas da **CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A.** (“Companhia”), companhia aberta com sede na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, bloco 1, sala 1511, Barra da Tijuca, CEP 22.631-455, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a se reunirem, no dia **27 de fevereiro de 2023, às 10:00 horas, em 2ª convocação** de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) a ser realizada sob a forma exclusivamente digital, nos termos do artigo 5º, §2º, inciso I da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 81, de 29 de março de 2022 (“RCVM_81”), por meio da plataforma digital **Microsoft Teams** (Videoconferência) (“Plataforma Digital”), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia (“Ordem do Dia”): (i) Deliberar sobre a mudança do endereço da sede da matriz da Companhia para a cidade de São Paulo e da filial para a cidade do Rio de Janeiro; (ii) Deliberar sobre a alteração do art. 2º do Estatuto Social para refletir a mudança do endereço da sede; (iii) Deliberar sobre a consolidação do Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** **A. Documentos à Disposição dos Acionistas:** Em conformidade com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”) e com a RCVM 81, a Companhia informa que foram disponibilizados aos acionistas da Companhia desde a publicação da 1ª convocação da AGE, na sede da Companhia, no seu portal de Relações com Investidores (www.ri.cr2.com.br), bem como nos sites da CVM e da B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão, toda a documentação relativa às matérias constantes da Ordem do Dia, os documentos previstos na RCVM 81 e outras informações relevantes para o exercício do direito de voto na AGE. **B. Instalação da AGE:** A Companhia esclarece que, nos termos do art. 135 da Lei das S.A., a AGE se instalará com qualquer número de acionistas presentes. **C. Habilitação e Acesso à Videoconferência:** A AGE ocorrerá por meio da plataforma digital **Microsoft Teams**, com a utilização de vídeo e áudio. Para participar da AGE, o acionista deverá enviar, para o e-mail ri@cr2.com.br, em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE, os seguintes documentos: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do art. 126 da Lei das S.A., e/ou relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente; e (ii) cópia simples ou digitalização da via original do documento de identificação do acionista, observados os documentos abaixo elencados que serão aceitos pela Companhia para fins de identificação do acionista: **Para pessoas físicas:** documento de identidade com foto do acionista ou, se for o caso, documento de identidade com foto de seu procurador e a respectiva procuração. **Para pessoas jurídicas:** último estatuto social ou contrato social consolidado e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e documento de identidade com foto do representante legal. **Para fundos de investimento:** último regulamento consolidado do fundo; estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; documento de identidade com foto do representante legal. (iii) aos acionistas que forem representados por meio de procuração com firma reconhecida em cartório, deverá ser enviado o instrumento de mandato outorgado há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. (iv) nome, CPF e endereço eletrônico para o qual deverá ser enviado o link de acesso à AGE. Uma vez recebida e verificada a documentação fornecida, a Companhia enviará ao acionista os dados para participação na AGE por meio da plataforma ora referida. O acionista que participar da AGE por meio da Plataforma Digital poderá exercer os seus respectivos direitos de voto e será considerado presente e assinante da ata, na forma do art. 47, §1º da RCVM 81. Caso o acionista não receba o link de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da AGE, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia, para que seja prestado o suporte remoto. A partir do credenciamento, o participante se compromete a (i) utilizar o link individual única e exclusivamente para participação na AGE, (ii) não transferir ou divulgar, no todo ou em parte, o link individual a qualquer terceiro, acionista ou não, sendo o referido link intransferível, e (iii) não gravar ou reproduzir, no todo ou em parte, nem tampouco transferir, a qualquer terceiro, acionista ou não, o conteúdo ou qualquer informação transmitida por meio virtual durante a realização das AGE. Para participar da AGE por meio virtual, o acionista precisará ter instalado em seu dispositivo eletrônico a plataforma **Microsoft Teams**, cujo download poderá ser realizado pelo link <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams/download-app>. Todo acionista, representante ou procurador que ingressar na assembleia por meio virtual passará por uma verificação visual a fim de confirmar a identidade do participante e regularidade de sua participação. Nesta verificação será solicitada a exposição do documento de identificação do participante na câmera de seu dispositivo, de modo que a foto e todas as informações do referido documento estejam visíveis e legíveis. Ao longo de toda a AGE o participante deverá manter a câmera de seu dispositivo ligada e deverá estar posicionado à frente dessa, de forma a permanecer visível durante toda a Assembleia. O participante que desligar a câmera ou se ausentar da frente da mesma poderá ser notificado para que retorne ou religue o dispositivo. Em caso de não atendimento à solicitação, o participante poderá ser retirado da videoconferência. Como forma de otimizar a interação dos presentes, o áudio dos participantes por meio de videoconferência ficará automaticamente silenciado. Os participantes poderão manifestar-se por (i) mensagens, a qualquer momento ou (ii) áudio, mediante solicitação por mensagem para a liberação oportuna de seu áudio. Além disso, informamos que a AGE será gravada, nos termos do art. 28, §1º, inciso II da RCVM 81 e que a Companhia não se responsabiliza por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade da plataforma **Microsoft Teams** com o equipamento do participante. Dúvidas sobre o acesso poderão ser sanadas com antecedência através do e-mail ri@cr2.com.br. **D. Boletim de Voto a Distância:** Conforme autoriza o art. 26, §2º da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, por se tratar de AGE que não versa sobre matéria que exija a adoção do boletim de voto a distância, a Companhia informa aos senhores acionistas que não será adotado, para esta AGE, o boletim de voto a distância, de modo que a votação ocorrerá somente por meio da Plataforma Digital no momento da AGE. Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 2023. **Alexandre Pereira Coelho** - Presidente do Conselho de Administração.

COMUNICADO

Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores cotistas do SHOPPING CENTER DO MÉIER, à Rua Dias da Cruz, 255, subsolo, o rendimento da cota do mês corrente no valor de R\$ 2,00 (dois reais) a partir do dia 20/02/2023. Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 2023.
Shopping Center do Brasil S/A. Síndico

FARMOQUÍMICA S.A.

NIRE 33.300.092.781 - CNPJ/MF 33.349.473/0001-58 - (“Companhia”) **Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 02 de fevereiro de 2023. Data, Hora e Local:** Aos dois dias do mês de fevereiro de 2023, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada Rua Av. Jose Silva de Azevedo Neto, 200 - BLC 1, 1º andar, Barra da Tijuca, - CEP:22775-056 - Condomínio O2 - Prédio Evolution II, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro. **Convocação e Presença:** Convocação prévia dispensada, de acordo com o disposto no §4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas da Companhia, conforme assinaturas constantes do “Livro de Presença de Acionistas”. **Mesa:** Presidente: Carlos Alexander Guimarães Moreira; Secretária: Anny Margaly Maciel Trentini. **Ordem do Dia:** Os acionistas se reuniram para deliberar a inclusão do **CNAE 46.37-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas; e 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, como atividade secundária, na filial 03 da sociedade, CNPJ 33.349.473/0016-34, e com endereço na BR 232, Km 63, s/nº, Lado A, Loteamento Parque Industrial, Primeiro Distrito, CEP 55630-000, Cidade de Pombos, Estado de Pernambuco. **Deliberações:** Deliberaram os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: (i) Aprovar inclusão do **CNAE 46.37-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; 46.37-1-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente; 47.71-7-02 - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas; e 46.45-1-01 - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, como atividade secundária, na filial 03 da sociedade, CNPJ 33.349.473/0016-34, e com endereço na BR 232, Km 63, s/nº, Lado A, Loteamento Parque Industrial, Primeiro Distrito, CEP 55630-000, Cidade de Pombos, Estado de Pernambuco. (ii) Aprovar a lavratura da Ata desta Assembleia Geral Extraordinária na forma sumária. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro 2023. (ass) Presidente: Carlos Alexander Guimarães Moreira; Secretária: Anny Margaly Maciel Trentini; Acionista: Grupo FQM Holding S.A., por seus representantes legais Fernando Gabriel Itzaina Sanchez e Jorge Luis Duhalde. Rio de Janeiro, 02 de fevereiro 2023. **Carlos Alexander Guimarães Moreira** - Presidente. **Anny Margaly Maciel Trentini** - Secretária. Jucerja sob nº 5321102 em 15/02/2023.****

FISCALIZAÇÃO

Polícia Rodoviária Federal inicia Operação Carnaval 2023 nas rodovias federais

A operação será implementada até o dia 22, com o intuito de promover segurança e diminuir a gravidade os acidentes nas estradas do País

A Polícia Rodoviária Federal (PRF) iniciou, na madrugada de sexta-feira (17), a Operação Carnaval 2023, com a expectativa de movimentação recorde nos cerca de 75 mil quilômetros da malha federal onde atuará com ações de monitoramento e fiscalização.

A operação será implementada até o dia 22, com o intuito de promover segurança e diminuir a gravidade os acidentes. Para tanto, aumentará a quantidade de rondas ostensivas e reforçará o policiamento em locais estratégicos, como é o caso de trechos com maior movimentação ou elevado número de infrações de trânsito.

Segundo a PRF, a operação terá "atenção permanente e redobrada nas infrações responsáveis pelos acidentes letais, como excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e a mistura álcool e direção".

Segundo a PRF, a operação terá "atenção permanente e redobrada nas infrações responsáveis pelos acidentes letais, como excesso de velocidade, ultrapassagens proibidas e a mistura álcool e direção".

Segundo o Ministério do Turismo, cerca de 46 milhões de pessoas devem se movimentar para os "tradicional destinos carnavalescos" do país.

O aumento de demanda superou as estimativas da Associação Brasileira das Empresas

de Transporte Terrestre de Passageiros (Abrati) para este ano. Prova disso é que o aumento de 30% na oferta de horários extras não foi suficiente, segundo a entidade.

Para os destinos mais procurados, as empresas têm oferecido 50% mais serviços do que em 2020, último ano de carnaval expressivo, o que equivale a um aumento entre 7% e 10% na frota circulante em algumas das localidades.

Em nota, a polícia rodoviária informou que a previsão é de maior movimento nos corredores rodoviários que levam aos destinos preferidos nesta época, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

"Mas não só a faixa litorânea e cidades balneárias atrairão turistas. Também é aguardado fluxo intenso de veículos no sentido oposto. Além das festas tradicionais que ocorrem em várias cidades do interior, muitas pessoas viajam em busca de descanso nos dias de folia".

A sugestão, aos motoristas, é que dirijam de forma moderada; façam a revisão preventiva do veículo antes da viagem; programem pausas para descanso; e que procurem se informar sobre o estado de conservação das estradas. É também indicado que verifiquem as condições do tempo por onde vai passar.

Segundo a PRF, o combate à embriaguez ao volante, uma das maiores causas de acidentes nas rodovias do país, será um dos principais focos da operação, tanto por meio de ações educativas como de fiscalização.

"É importante lembrar que dirigir sob o efeito do álcool reduz a capacidade de reação do motorista, colocando em risco a segurança de todos os usuários das rodovias. É preciso que toda a sociedade se conscientize de que beber e dirigir são atividades incompatíveis", informa a PRF.

A mistura de álcool e direção acaba encorajando motoristas a cometer uma das irregularidades mais perigosas: a ultrapassagem em locais proibidos. "As equipes da estarão equipadas com etilômetros. Qualquer motorista, independentemente da situação, será convidado a passar pelo equipamento".

As equipes vão observar o uso de cinto de segurança, de capacete, de dispositivos de retenção para crianças e de telefone celular ao volante, e serão feitas fiscalizações específicas de motocicletas e condição de conservação dos veículos.

A partir das centrais de comando e controle (estaduais e nacional), o monitoramento será feito com câmeras, rádios e telefones disponíveis. Segundo a PRF, são ferramentas que permitem acompanhar, em tempo real, "as ocorrências relevantes, com segurança, precisão e velocidade para que a tomada de decisão seja a mais eficiente e acertada possível".

As ligações feitas para o 191 são atendidas diretamente, sem qualquer interlocutor digital, permitindo aos cidadãos informar ou fazer denúncias de forma célere.

As ações de combate ao crime serão intensificadas por meio de "abordagens focadas nas informações do serviço de

inteligência e a utilização de ferramentas de comunicação para prender criminosos, recuperar veículos roubados e retirar armas ilegais, drogas e produtos contrabandeados de circulação".

Também serão foco das ações a fiscalização do tempo de direção e cansaço de motoristas profissionais e do exame toxicológico.

Está previsto para o dia 23 a divulgação de um balanço final da Operação Carnaval 2023. Ao serem comparados com o balanço divulgado na Operação Carnaval 2022, os dados possibilitarão, a identificação de ações bem-sucedidas, bem como pontos a serem aperfeiçoados, de forma a diminuir os índices de acidentes nas rodovias federais.

Nos seis dias de operação no carnaval do ano passado, 165.319 pessoas e 132.931 veículos foram fiscalizados nas estradas federais por um efetivo de 16,8 mil policiais.

Ao todo, 77.832 autuações foram registradas: 10.921 por ultrapassagem em local proibido e 8.296 por condutores e passageiros que não utilizavam o cinto de segurança. Foram 2.551 autos de infração para motoristas dirigindo sob a influência de álcool.

Segundo o balanço de 2022, foram registrados 1.160 acidentes nas rodovias federais durante o carnaval do ano passado (entre 25 de fevereiro e 2 de março). Os acidentes resultaram em 107 mortes; 308 feridos graves; e 999 feridos leves e médios.

A PRF divulgou uma lista de orientações voltadas aos foliões que pretendem pegar estrada neste carnaval de 2023.

LDC. Louis Dreyfus Company Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 47.067.525/0001-08 - NIRE 35.300.104.510
Ata da Reunião de Diretoria Realizada em 02 de Outubro de 2018
 1. **Data, hora e local:** Realizada em 02 de outubro de 2018, às 11h, na sede social da Louis Dreyfus Company Brasil S.A., na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 255, 12ª a 14ª andares, Pinheiros, CEP 01452-919 ("Companhia"). **Presença:** Presente a totalidade dos Diretores da Companhia, a saber: Murilo Ribeiro de Castro Parada, Wagner Bertazzo, Luis Rheingantz Barbieri e Carlos Eduardo Carneiro Saba. **3. Mesa:** Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Carlos Eduardo Carneiro Saba, que convidou a Sra. Gabriela de Mello Almada Ramos Lanna para secretária-ou. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a abertura de uma filial da Companhia na Cidade de Santarém, Estado do Pará. **5. Deliberações:** Instalada a reunião, após a discussão da matéria constante da ordem do dia, os Diretores aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **5.1.** A abertura de uma filial da Companhia na Cidade de Santarém, Estado do Pará, na Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia Santarém, CEP 68040-000, a qual exercerá as atividades de (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; e (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados. **5.1.1.** Em razão do exposto no item 5.1 acima, a Companhia passa a ter uma filial na Cidade de Santarém, Estado do Pará, com as seguintes características: **Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia Santarém, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, (ii) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; e (v) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: **Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de apoio marítimo, serviços com rebocadores e empurradores, serviços de navegação de cabotagem e serviços de navegação interior. **Em razão do exposto no item 7º acima, a Filial Santarém passa a figurar com as seguintes características: Filial Santarém - Endereço:** Avenida Tapajós, nº 1827, Salas 01 e 02, Aldeia, na Cidade de Santarém, Estado do Pará, CEP 68040-000. **CNPJ:** 47.067.525/0208-00 **NIRE:** 15.9.0048593-3 **Atividades:** (i) transporte por navegação interior de carga intermunicipal, interestadual e internacional, exceto travessia; (ii) gestão de terminais aquaviários; (iii) atividades do operador portuário; (iv) comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (v) comércio atacadista de soja e milho beneficiados; e (vi) prestação de serviços de navegação de apoio portuário, serviços de navegação de

O **Diário Comercial** é o jornal ideal para suas publicações legais. Possui o melhor custo-benefício e um atendimento ágil.



Fale com quem entende de **Publicidade Legal**.

- Atas
- Avisos
- Balanços
- Comunicados
- Editais
- Fatos Relevantes

Diário Comercial

www.diariocomercial.com.br

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/2502-987E-172E-2455> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 2502-987E-172E-2455



Hash do Documento

4B4C3465842BB33A64DFDA87FB6F122080A49F9B8F2E5CDFCA05BAF2CC012A7A

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/02/2023 é(são) :

- Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
17/02/2023 21:45 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03

